

PROJETO FINAL DE ARQUITETURA

2016/2017

ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa
Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Vertente Teórica

O LUGAR PARA A PARTICIPAÇÃO - BAIRRO PRODAC

Trabalho teórico submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura
Orientadora: Professora Doutora, Teresa Madeira da Silva, Professora Auxiliar, ISCTE-IUL

Vertente Prática

ADEQUAÇÃO DO INTERFACE RODOVIÁRIO DO CARREGADO AO NOVO MERCADO

Trabalho prático submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura
Tutor: Professor Pedro Botelho, Professor Auxiliar Convidado, ISCTE-IUL

João Cláudio Rodrigues Machado

Outubro | 2017

Agradecimentos

Ao professor Pedro Botelho e à professora Teresa Madeira pela orientação, apoio e interesse que demonstraram.

Ao meu grupo de trabalho, Carlos e Maria, pela intensa colaboração e boa disposição.

À Filipa, pelo apoio e carinho.

Aos meus familiares, amigos e colegas que, presentes ou não, fizeram parte desta etapa.

Aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós

Vertente teórica

O LUGAR PARA A PARTICIPAÇÃO - BAIRRO PRODAC

Participação e Arquitetura, motor de intervenção social	10
Bairro PRODAC	32

Vertente prática

ADEQUAÇÃO DO INTERFACE RODOVIÁRIO DO CARREGADO AO NOVO MERCADO

Estratégia em grupo	102
Proposta individual	112

I. VERTENTE TEÓRICA

O LUGAR PARA A PARTICIPAÇÃO
BAIRRO PRODAC

Resumo

Renovar a arquitetura a partir de processos que pretendem incorporar o utilizador no desenvolvimento de projeto é entender que o arquiteto possui a capacidade de negar a construção em si como maior objetivo. É evidenciar a competência de se moldar a diferentes contextos. É compreender o alcance social de qualquer intervenção no território, constituindo a prática arquitetónica como uma melhoria efetiva das condições e qualidade de vida dos utilizadores. O arquiteto desenvolve assim novas autonomias, procura oportunidades de intervenção, rejeita a lógica tradicional de encomenda, promove a mobilização das populações, compreende a participação e a transformação social como tema fundamental da arquitetura, integrando-se num processo aberto de diálogo que pondera sobre determinada realidade política, económica e cultural, bem como sobre os padrões sociais do lugar onde intervém.

O Bairro PRODAC retrata um conjunto de operações que pelo seu carácter participativo e interventivo, determinam uma manifesta singularidade no contexto português e internacional. Mediante um Plano de intervenção definido pela Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC) no início da década de 1970, o bairro construído em regime de autoconstrução realojou os moradores do Bairro Chinês, um dos maiores aglomerados de habitação de génese ilegal que Lisboa contemplou, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Durante cerca de quatro décadas, os moradores, que participaram diretamente no processo de construção das casas, lutaram pelo direito de serem reconhecidos como proprietários legítimos das habitações. Desde 2011, a Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte cooperou com o gabinete de arquitetura Ateliernob para regularizar a estrutura de propriedade do bairro. Através do financiamento do Programa BIP/ZIP, produziram-se os processos de licenciamento necessários à conclusão da operação, assim como trabalhos de requalificação do espaço público do bairro. A participação, comprometimento e trabalho dos moradores do bairro revelaram-se fundamentais à materialização destes exercícios.

Palavras-chave: processos participativos;; compromisso social; Bairro PRODAC

Abstract

Renew the architecture from processes that claim to incorporate the user on the project development is to understand that the architect has the capability of denying the construction itself as the main object. Is to point the competence of molding to different contexts. Is to understand the social range of any territorial intervention, is to establish architecture practice as an effective improvement of the users conditions and quality of life. The architect itself unfold new autonomies, seek intervention opportunities, rejects the traditional logic request, promotes the inhabitants mobilization, understands the participation and social transformation as a fundamental subject of architecture, integrating itself in an open process of dialogue that ponders on ascertain politic, economic and cultural reality, as well as on social standards from the place where the intervention takes.

PRODAC neighborhood portrays a set of operations that due to their participatory and interventional character, determine a manifest singularity in the Portuguese and international context. Through an intervention plan defined by the productivity Association in self construction (PRODAC) in the early 1970s, the neighborhood was built on a self-built regime to relocate Bairro Chinês residents, one of the largest illegal housing agglomerations that Lisbon had, which land was given by the Lisbon City Council. For nearly four decades, the residents, who participated directly in the building process, fought for the right to be recognized as legitimate homeowners. Since 2011, the Association of Residents of the PRODAC North Neighborhood has cooperated with architecture office Ateliermob to regularize the ownership structure of the neighborhood. Through the financing of the BIP / ZIP Program, the licensing processes required were completed, as well as rehabilitation of the public space in the neighborhood. The participation, commitment and work of the residents were fundamental to the materialization of these exercises.

Key-words: participatory design; social commitment; PRODAC neighborhood

Introdução	6
Participação e Arquitetura, motor de intervenção social	10
Crise económica e a grande responsabilidade dos jovens arquitetos	12
A imagem do arquiteto na sociedade contemporânea	13
Debate internacional acerca da renovação arquitetónica	19
Movimento Moderno, crise ideológica	19
Maio de 1968 - revolta, contestação e renovação	25
Caminho aberto para a participação	28
Bairro PRODAC	32
A precariedade da habitação em Lisboa e a origem do Bairro Chinês	34
A constituição da PRODAC	38
Realojamento do Bairro Chinês (1970/1974)	42
A obra, (auto)construção em comunidade	49
Ateliernob e Associação de moradores do Bairro PRODAC Norte	60
Ateliernob: proatividade e crescimento	64
Regularização da estrutura de propriedade do Bairro PRODAC Norte	65
Requalificação do espaço público do Bairro PRODAC Norte	72
Conclusão	88

Índice de figuras

Figura 1 - Exposição Tanto Mar, CCB, Ateliermob, 2014 (Fotografia de Fernando Guerra). Disponível em: http://ultimasreportagens.com/full/860.php .	14
Figura 2 - Exposição DEVIR MENOR, Arquiteturas e Práticas Espaciais Críticas na Ibero-América, Guimarães, 2012 . Disponível em: http://devirmenor2012guimaraes.com/expo-itinerancia/	16
Figura 3 - Be utopian. Manifesto Exyzt . Disponível em: https://pt.slideshare.net/exyzt/exyzt-presentation-doc-eng .	22
Figura 4 - Trabalhadores e estudantes reunidos após uma série de eventos que iniciaram uma greve estudantil. Paris, 27 de Maio de 1968 . Disponível em: https://mcjimenezblog.wordpress.com/2016/11/13/mai-68/ .	27
Figura 5 - Giancarlo de Carlo durante a abertura da série de conferências Stylos “The Invisible in Architecture”, Delft, 1987 . (MONU Magazine #23: “Participatory Urbanism”). Disponível em: https://www.archdaily.com/782319/distributing-power-jeremy-till-on-the-complex-necessity-of-participatory-urbanism .	30
Figura 6 - Largo na Rua Bento Mântua, Bairro PRODAC Norte, 2017 (Fotografia do autor)	33
Figura 7 - Bairro Chinês (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: O realojamento do Bairro Chinês em Marvila, ISCTE-IUL, 2017: 171.	35
Figura 8 - Crianças no Bairro Chinês, em finais da década de 1960, na vulgarmente chamada “Rua do Cano d’Água” (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: PRODAC - Comunidade em construção, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015: 56	36
Figura 9 - Entrevista do Engenheiro Pinto Coelho e do Arquiteto Reis Álvaro . Fonte: O realojamento do Bairro Chinês em Marvila, ISCTE-IUL, 2017: 180.	40
Figura 10 - Assinatura, a 30 de Setembro de 1970, no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa, dos contratos de compra dos terrenos onde iria desenvolver-se o Plano de Realojamento do Vale Fundão (Arquivo Municipal de Lisboa - Armando Serôdio). Fonte: PRODAC - Comunidade em construção, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015: 59.	45

Figura 11 - Planta de Marvila, Plano das três fases de intervenção da PRODAC (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: O realojamento do Bairro Chinês em Marvila, ISCTE-IUL, 2017: 223.	48
Figura 12 - Associação de Produtividade na Autoconstrução. Placard informativo da obra (Arquivo fotográfico do CPS da PRODAC). Fonte: O realojamento do Bairro Chinês em Marvila, ISCTE-IUL, 2017: 241.	50
Figura 13 - A população realojada no Bairro PRODAC colaborava nos acabamentos das suas casas, tal como preconizado pelo regime de autoconstrução (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: PRODAC - Comunidade em construção, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015: 145.	52
Figura 14 - Notícia da entrega das primeiras casas aos moradores do Bairro PRODAC, Diário Popular, 1 de Setembro de 1972 (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: PRODAC - Comunidade em construção, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015: 67.	55
Figura 15 - O estaleiro de construção do Bairro PRODAC, montado durante as obras, onde os moradores iam buscar os materiais para a autoconstrução (Arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho). Fonte: PRODAC - Comunidade em construção, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015: 67.	56
Figura 16 - Vista aérea sobre o Bairro PRODAC (Imagem do autor).	59
Figura 17 - Moradores do Bairro PRODAC Norte depois da entrega das primeiras trinta certidões de outorga das escrituras de propriedade dos terrenos, 2011. Disponível em: https://expressodooriente.com/do-sonho-a-realidade/ .	62
Figura 18 - Enfiamento visual entre casas no Bairro PRODAC Norte, 2017 (fotografia do autor).	66
Figura 19 - Imagem de uma assembleia de moradores do Bairro PRODAC Norte no salão de festas do Vale Fundão, 2015. Disponível em: http://ateliermob.com/assembleia-de-moradores-do-bairro-da-454429	68
Figura 20 - Entrega dos processos de licenciamento dos fogos do Bairro PRODAC Norte na Câmara Municipal de Lisboa, 2013. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/legalizacao-do-bairro-prodac-norte-atinge-fase-decisiva	70

Figura 21- Conjunto de imagens que demonstram o resultado das intervenções de requalificação do espaço público no Bairro PRODAC Norte (Antes e Depois), 2014. Disponível em: http://ateliermob.com/reabilitacao-dos-espacos-publicos-da-449217 .	74
Figura 22 - Conjunto de imagens sobre o processo de reabilitação dos espaços públicos do bairro, após atribuição das bolsas de trabalho aos moradores (fotografias de Nelson d'Aires). Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob	79
Figura 23 - Planta de localização dos muros no Bairro PRODAC Norte. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob .	83
Figura 24 - Alçado Nascente do Anfiteatro ao ar livre, Ateliermob. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob .	85
Figura 25 - Anfiteatro ao ar livre do Bairro PRODAC Norte, 2017 (fotografia do autor).	86
Figura 26 - Anfiteatro ao ar livre do Bairro PRODAC Sul (fotografia de Nelson d'Aires). Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob .	92
Figura 27 - Bairro PRODAC, comunidade em construção (fotografia de Nelson d'Aires). Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliermob .	93

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura produzir uma reflexão teórica sobre a dimensão social da arquitetura, evidenciando a temática da participação como reação ao contexto social e económico atual, propício à redefinição da prática arquitetónica. Recorre-se ao Bairro PRODAC enquanto cenário arquétipo da necessidade do arquiteto expandir os seus limites de atuação, promovendo a intensificação da relação entre as ciências sociais e o campo da arquitetura.

O título **O lugar para a participação** é reproduzido e retirado da designação concedida à candidatura instituída pelo gabinete de arquitetura Ateliermob, em cooperação com a Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte, ao Programa Parcerias Locais BIP/ZIP de 2015. O lugar para a participação é no contexto deste trabalho uma analogia entre o empreendimento e consolidação de uma sucessão de intervenções que integrou a população do Bairro PRODAC num enquadramento participativo como um suporte inabalável das diferentes ações de transformação que comprovam a singularidade daquele lugar, com a constatação de discussões recentes em volta da prática arquitetónica perante um contexto económico desfavorável, questionando-se a importância do arquiteto dar lugar a modelos de intervenção social relacionados a práticas menos convencionais de projeto.

Investigar experiências participativas no âmbito do processo arquitetónico gera-se sobre uma preocupação geral acerca do posicionamento da profissão, sobretudo em Portugal, resultado da grave crise financeira que naturalmente submete ao arquiteto a necessidade de se ajustar a uma conjuntura que perturbou o setor da construção. Face ao desinvestimento e carência de encomendas de trabalho, acresce a necessidade de pensar e debater sobre a função do arquiteto na sociedade, considerando que este enquadramento desfavorável não invalida a urgência de intervenções, nomeadamente em zonas e ambientes mais carenciados. A profissão de arquiteto lucra quando adquire um papel ativo sobre a realidade social, assumindo uma atitude interventiva perante estas circunstâncias.

“

Nós andávamos como todos os gabinetes de arquitetura, extremamente preocupados com a questão da crise e do desaparecimento da encomenda pública. A determinada altura, falávamos constantemente com os nossos colegas, colocando-se a questão da emigração ou de fechar ou não os ateliers de arquitetura. Mas a questão fundamental é se somos ou não somos precisos. E na verdade nós percebemos que há arquitetura, que os arquitetos são necessários, sobretudo nos bairros onde não há dinheiro para intervir”.

(Ateliernob, 2015a)

A estrutura do trabalho funda-se em dois capítulos. No primeiro, **Participação e Arquitetura, motor de intervenção social**, disserta-se primeiramente sobre questões relativas ao contexto económico e social do início do século XXI, que viabilizam a ascensão do tema da participação a uma posição de destaque no debate da disciplina. A crise económica acarretou simultaneamente, uma amplificação generalizada de resistência a abordagens despreocupadas por parte dos profissionais de arquitetura. A reemergência das experiências participativas são a repercussão de uma nova conjuntura que eleva a discussão do papel do arquiteto na sociedade contemporânea, acentuando a pertinência de compreender o alcance social de qualquer intervenção, a fim de proceder objetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos utilizadores. Rejeita-se o convencimento que a arquitetura revê no edifício e na construção em si, o objetivo substancial, idealizando uma metodologia que apregoa o relacionamento sintonizado entre utilizador e arquiteto, a fim de aprimorar o processo de conceção e apropriação dos espaços construídos. Adiante no capítulo, recua-se ao século XX de modo a introduzir determinados acontecimentos e teorias que explicam o constante debate acerca da renovação da prática arquitetónica, validando a participação em arquitetura como modelo alternativo de prática. O arquiteto Giancarlo de Carlo (1919-2005) surge como figura incontornável e fundamental na defesa destes processos. Na segunda metade do século XX, após rutura com o Movimento Moderno, exteriorizam-se um conjunto de trabalhos de pesquisa que aproximam a prática às ciências sociais e preconizam abordagens mais experimentalistas ao exercício da arquitetura.

O segundo capítulo relata o caso do **Bairro PRODAC**, objeto de estudo interessantíssimo não só

pelo carácter participativo e interventivo das operações recentes, mas também pelo projeto arquitetónico que está na sua génese, incluindo processos participativos na operação. O motivo da concretização deste plano é o realojamento da população do Bairro Chinês, na Quinta Marquês de Abrantes, em Marvila. Trata-se de uma intervenção de grandes dimensões no início da década de 1970, que pelo seu processo geral de envolvimento social dos moradores e inclusão da autoconstrução, determina uma inequívoca singularidade quer no contexto português, quer no contexto internacional. Inicialmente descreve-se o processo que deu origem ao Bairro PRODAC, compreendendo a temática da precariedade na habitação em Lisboa. A constituição da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC) conduziu à estruturação de um Plano de intervenção que ocasionou o realojamento do Bairro Chinês, um dos maiores bairros de génese ilegal da cidade. Durante cerca de quatro décadas, os moradores do Bairro PRODAC testemunharam o arrastar do processo de propriedade das habitações, não lhes sendo reconhecida a titularidade de posse das casas. A partir de 2011, a Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte promoveu a intervenção do gabinete de arquitetura Ateliermob, de modo a resolver os problemas na regularização da estrutura de propriedade no Bairro PRODAC Norte. Suportando-se no financiamento do Programa Parcerias Locais BIP/ZIP, a estreita colaboração entre moradores, Associação de Moradores e arquitetos produziu uma encadeação de intervenções que permitiram igualmente a requalificação do espaço público no bairro.

“Se, nas últimas décadas, a escolha profissional ficou reduzida a nos tornarmos facilitadores passivos ou bobos da corte, com autorização especial para, de vez em quando, fazer umas coisas excêntricas, talvez tenha chegado a hora de deixar de responder às questões e expectativas dos outros, para passarmos a ser nós a colocá-las. Talvez tenha chegado a hora de projetar não por solicitação do cliente, do lugar e do orçamento disponível, mas para projetar arquitetura não solicitada e encontrar os clientes, os lugares e os orçamentos para o realizar. (...) Motiva-te a ti mesmo!”.

(2007, Bouman apud Baptista, 2011a: 7)

PARTICIPAÇÃO E ARQUITETURA, MOTOR DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Os processos participativos em arquitetura enquadram-se num intenso debate sobre a arquitetura e o urbanismo. Sendo um tema atual, é uma questão que vem acompanhando a disciplina com especial incidência desde meados do século XX. Luís Santiago Baptista menciona o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo como um defensor e precursor da arquitetura participativa, evidenciando a ideia de que de Carlo antecipou a percepção da arquitetura como feito mediático, hiperbolizada na procura veemente da arquitetura de autor e da arquitetura de revista, com “a exacerbação da cultura de imagem”. “Acredito que a arquitetura no futuro será caracterizada por uma participação crescente do utilizador na sua definição em termos de organização e forma” (1980, de Carlo *apud* Baptista, 2011a: 6), afirmava de Carlo em 1980, considerando que o processo de projeto deveria ser um ato único em que o problema, a solução e os resultados apresentam-se de braço dado, conferindo uma experiência real e conjunta entre arquitetos e utilizadores, desde os primórdios do projeto e contexto até à efetivação da obra. Esta teoria, que defende a pressuposição de que os utilizadores são uma presença notável em toda a operação que decorre do projeto, não se verificou inteiramente verdade passado cerca de 30 anos. Com a passagem para os anos 2000, o assunto da participação regressa, fruto da consciencialização geral das limitações que estão associadas a “estratégias centradas na qualificação autoral do objeto arquitetónico”, recusando a “intensificação objetual da experiência do presente, desconsiderando a duração das práticas quotidianas” (Baptista, 2011a: 6). O interesse por esta temática debruça-se agora não só na capacidade que a arquitetura tem de interagir e transformar a vida de quem se serve dos espaços, mas também numa mudança de paradigma da profissão e da prática arquitetónica, consequência de um contexto social e económico diferenciado.

“Este período de virada do século (finais do século XX e início do século XXI) caracteriza-se pelo surgimento de uma grande quantidade de alternativas no campo da arquitetura e do urbanismo baseadas na abordagem ao urbanismo informal, na recuperação da cultura popular, na participação dos usuários e na continuidade com a crítica radical da década de 1960. Isto vem sendo expresso tanto na teoria como nas publicações, e é o resultado da influência de anos de experiências de renovação pedagógica no ensino da arquitetura”.

(Montaner, 2016: 98)

Crise económica e a grande responsabilidade dos jovens arquitetos

A prática de arquitetura em período de crise é inevitavelmente diferente. A consequente carência de encomendas manifestam, quase, uma obrigatoriedade da profissão se adaptar a um contexto que privilegia o papel social do arquiteto. Este assunto relaciona-se intimamente com as experiências participativas, embora não dependam completamente uma da outra, pois estão associados a um “compromisso social e por abordagens não convencionais ao projeto” (Alves, 2014: 14). Períodos como o atual, revelam a preocupação geral que os arquitetos demonstram acerca de problemas reais sobre a sociedade. Intensificam-se debates sobre a prática disciplinar, de forma a esta conseguir contribuir verdadeiramente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a “cada vez mais necessária sustentabilidade ambiental, energética e económica” (*id.*: 15). Confronta-se assim, a excêntrica ideia de que a arquitetura revê no edifício e na sua forma final o único e grande objetivo anunciado.

Luís Santiago Baptista afirma que “ser hoje arquiteto em Portugal é dramático. Ser um arquiteto jovem torna-se trágico”. É esta nova fornada de jovens arquitetos recém formados que se confronta mais “violentamente” com o panorama atual. Uma conjuntura que se baseia na decadência das condições profissionais, na “escassez de encomendas e ausência de concursos públicos” e na crescente competitividade entre os ateliers. São fatores que privilegiam e aprovam o “contexto de trabalho das práticas emergentes” (Baptista, 2014b: 20). Práticas que são resposta a um contexto de crise generalizado e que podem desfrutar de difer-

entes abordagens no ato de projeto, de acordo com diferentes convicções e formas de trabalhar. Verifica-se com a entrada neste novo milénio, que existe uma necessidade de debater estes temas em simultâneo com a reemergência das experiências participativas. A autoconsciência por parte de arquitetos e outros intervenientes sobre qual o papel destes na sociedade contemporânea resultaram em vários eventos e publicações acerca das “práticas arquitetónicas interventivas e dos limites de atuação dos arquitetos” (Ferreira, 2014: 1). Revistas, entrevistas, a Trienal de Arquitetura de 2013 *Close, Closer*, a exposição Tanto Mar em 2014 (figura 1), com especial contribuição do Ateliermob, entre outros eventos, contribuíram significativamente para a discussão acerca da relevância das *questões sociais* nas intervenções dos arquitetos e nas inúmeras possibilidades de produção arquitetónica.

A imagem do arquiteto na sociedade contemporânea

Josep Montaner e Zaida Muxi salientam dois posicionamentos que os profissionais de arquitetura adotam na prática: os arquitetos que pretendem e “querem ser estritamente fiéis aos seus clientes e mestres”, de acordo com um determinado estatuto intrínseco da profissão de arquiteto; e os arquitetos que pretendem e “tentam realmente melhorar a vida das pessoas” (Montaner e Muxi, 2011: 38). Montaner e Muxi defendem que a crise da profissão, particularmente afirmativa desde o início do século XXI, está sustentada numa visão em que o arquiteto serve os “interesses do poder privado e da ideologia do poder público”, incapaz de produzir uma capacidade crítica perante a sociedade, submetendo-se ao monopólio do poder económico. O processo de formação do arquiteto nas universidades remete para uma ideologia em que os arquitetos correspondem a “um grupo de excelência que se molda ao serviço do poder e setores mais favorecidos” (*id.: ibid*).

O sistema assente na figura do *arquiteto-estrela* e do *edifício icónico*, sustentado pela globalização da economia de mercado dos anos 90, entrou numa decadência anunciada pela antevisão da recessão económica europeia e norte-americana. Esta ameaça de crise económica, que se confirmou em 2008, veio a secund-

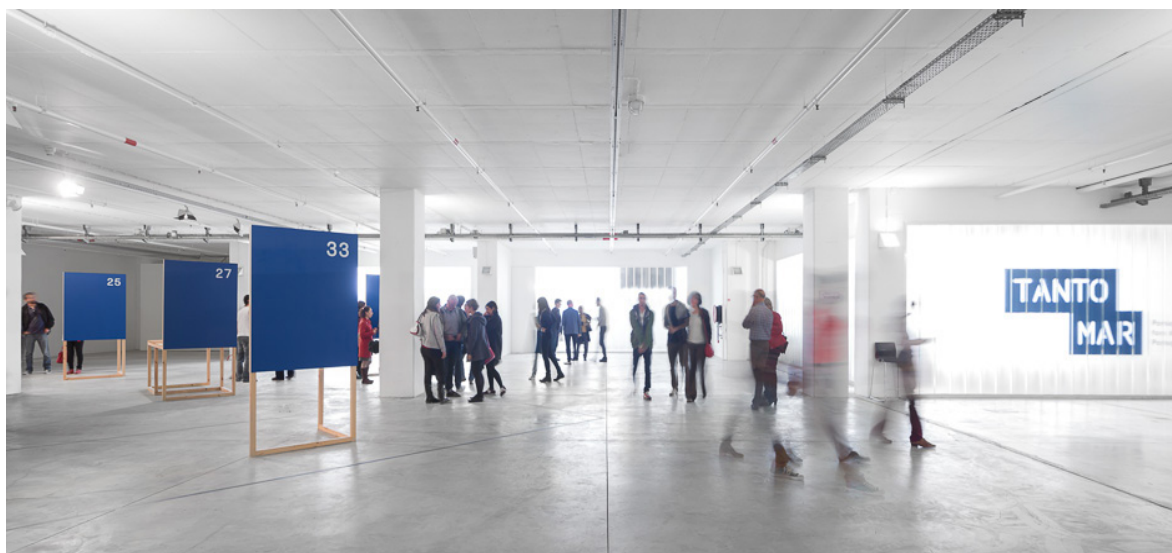


Figura 1 -
Exposição Tanto
Mar, CCB,
Ateliernob, 2014

arizar o *star-system* abrindo portas para discutir e despertar o conceito de *o social*. Ao mesmo tempo procurou-se descobrir caminhos de arquitetura que se afastem das “obsessões formais em relação à preocupação com outros fatores” (Massad e Yeste, 2014: 37-38). Luís Santiago Baptista, sobre o programa Guimarães 2012: Arte e Cultura, questiona a ideia de que, tradicionalmente, a arquitetura entende-se pela “instauração material e física do perene” (Baptista, 2012a: 21). O programa Guimarães 2012 tinha na sua génese o debate sobre *práticas espaciais*, elaborando-se uma perspetiva crítica da arquitetura. Acolheu precisamente o “projeto *Devir Menor* que propõe uma mostra, um encontro e a disseminação de práticas emergentes no território da Iberoamérica” (Moreira *apud* Baptista e Melâneo, 2012b: 98), uma exposição comissionada pela arquiteta Inês Moreira (figura 2). Considerando que o *star-system* privilegia um processo que serve os propósitos de um sistema instaurado que caracteriza a “condição do mercado da construção”, deve-se interrogar sobre como reestabelecer “a noção de uma prática cultural ou artística” que procure “reiterar a função crítica e interpretativa da arquitetura perante todo o social” (Gadanhó, 2006: 8-10). Verificou-se que, num período de crise económica, a aproximação das práticas artísticas à arquitetura, num contexto em que a qualidade de vida e a realidade social suscitam interesse, perspetivam que a arquitetura não dependa “exclusivamente da idealização e construção de edifícios, mas que pode ser entendida como uma prática espacial, que reage e responde às práticas sociais e culturais existentes” (Baptista, 2012a: 21).

“As «arquitecturas e práticas espaciais críticas» são empírica e teoricamente tecidas como um «desfazer» da centralidade autoral, do desenho ou da «arquitectura» dominante. Além dos projetos construídos, os autores envolvidos enunciam questões económicas, corporativas e políticas da arquitectura e expõe vontades de constituição de projeto coletivo”.

(Moreira *apud* Baptista e Melâneo, 2012b: 99)

Neste contexto é necessário compreender o conceito de *arquitectura social*. No folheto da exposição *Tanto Mar - Portugueses fora de Portugal*, Tiago Mota Saraiva sustenta a ideia de que há quem entenda que



Figura 2 -
Exposição
DEVIR MENOR,
Arquiteturas e
Práticas Espa-
ciais Críticas na
Ibero-América,
Guimarães, 2012.

“o papel social do arquiteto é inerente à profissão”. Inseridos nesta ideia está quem considere a “arquitetura social uma redundância”, mas também quem encare este tipo de intervenções de cariz social “uma dinâmica exterior ao campo disciplinar” (2014, Saraiva *apud* Ferreira, 2014: 15). Quem entende a *arquitetura social* como uma redundância, de acordo com Baptista, salvaguarda-se no princípio elementar de que toda a arquitetura “atua sobre uma sociedade”, portanto acontece em determinadas circunstâncias próprias do lugar (Baptista, 2014a: 3). Porém, o autor considera que mesmo tendo em conta este facto, a “arquitetura social” assume-se como motor de uma “revolução social”, pensamento “fundado na modernidade”, onde se entende a arquitetura como “instrumento de transformação ou reestruturação das sociedades” (id.: *ibid*).

Interpretar intervenções sociais como algo que está “fora do espectro da arquitetura” sugere uma conjectura que reconhece como maior objetivo do arquiteto a “arte da construção”, pelo que se deve realçar todo um conjunto de “atitudes, gosto e disposições” que diferenciam “um arquiteto de um mero construtor” (Gadanh, 2006: 4). É esta “cultura autónoma” que o arquiteto evidencia, capaz de perceber e de se moldar a diferentes contextos, que permite que num período condenado pela crise económica e consequente falta de investimento na construção, compreenda o “alcance social” das intervenções no território, adequando a prática a uma “melhoria efetiva das condições de vida de muitas populações”. É um período que promove “a mobilização das populações, em processos participativos ou reivindicativos” como “mecanismo eficaz para dar uso e forma ao saber arquitetónico” (2013, Tavares e Lopes *apud* Ferreira, 2014: 16). A ideia que a *arquitetura social* é um conceito “fora do espectro da arquitetura” afasta-se da realidade. Assume-se como “uma prática profissional de arquitetura e planeamento” que se concentra em processos participativos, na afirmação da autoconstrução e todo o tipo de intervenções que inserem “projetos e programas que provocam um forte impacto social na melhoria dos contextos locais” (2014, Saraiva *apud* Ferreira, 2014: 16). É uma “arquitetura expansiva”, plausível de criar novas autonomias ao arquiteto na “procura de oportunidades de intervenção, subvertendo a lógica tradicional da encomenda” (Ferreira, 2014: 18), dirigindo-se para a transformação social como tema fundamental para estes.

“Expandir a arquitetura significa estender os limites da sua definição e os seus campos de atuação, para que as suas capacidades enquanto disciplina a possam tornar num potencial meio de transformação social. O entendimento e a valorização destes princípios é um passo estruturante no caminho para a prática de uma arquitetura que não se restringe a utilizar ferramentas genéricas, mas que se revela interessada em quebrar as fronteiras do convencional e partir para intervenções que por si só, enquanto processo de criação e construção, revelam um pensamento crítico partilhado capaz de manifestar e ativar novos processos de democratização e pensamento crítico social”.

(Nogueira, 2013: 20)

DEBATE INTERNACIONAL ACERCA DA RENOVAÇÃO ARQUITETÓNICA

A reflexão sobre a participação em arquitetura é pertinente na medida em que, não devendo ser encarada como solução única ao problema anunciado, evidencia um modelo alternativo da prática arquitetónica. Nuno Portas afirma que “a participação não é em si mesma um objetivo absoluto, nem garante melhor Arquitetura (com A grande), produto cultural, objeto de crítica e história de Arte, etc.” (Portas *apud* Baptista e Melâneo, 2011b: 28). Trata-se da procura de um processo que privilegia a intensificação da relação entre o utente e o lugar ou a capacidade de apropriação ou identificação do habitante com a sua forma de habitar. Ana Tostões no prefácio do livro de Ricardo Carvalho, *A cidade social*, refere que “o problema da habitação surge alimentado pela relação que estabelece com o pensamento sociopolítico, urbanístico e arquitetónico nas décadas centrais do século XX, tanto a nível internacional como no quadro português” (Tostões *apud* Carvalho, 2016: 8). A discussão sobre o tema da participação ganha força precisamente nas décadas de 60 e 70 do século XX, a partir de uma série de reivindicações e visões alternativas que ganharam preponderância.

Movimento Moderno, crise ideológica

José António Bandeirinha menciona Manfredo Tafuri, autor de um ensaio sobre a teoria arquitetónica da época em 1969, que afirma que a crise da Arquitetura Moderna começara décadas atrás, no período que sucedeu ao crash da bolsa de 1929. A arquitetura refletia um “auto encarceramento” das metodologias arquitetónicas, pois não se conseguia afastar de um caminho que fosse contra os “imperativos da «arte burguesa» e a inelutável condição de mero produto de mercado” (Bandeirinha, 2007: 21). Como poderia a Arquitetura Moderna sobreviver à grande depressão de 1929 se o destinatário privilegiado era o grande capital industrial? É uma crise que se assume também ideológica pois desde então, a procura por um valor operativo inerente à arquitetura é um percurso agitado mas necessário.

De acordo com Giancarlo de Carlo, o Movimento Moderno representou uma valiosa oportunidade para a “arquitetura se renovar culturalmente” . Questiona a “credibilidade” desta, interrogando se a arquitetura tem um público. Quem é esse público?

“The architects themselves? The clients who commission the buildings? The people – all the people who use architecture? If the third hypothesis is true – that all the people who use architecture are its public, and today this seems hard to resist – then the presence and the work of the Modern Movement and its heroes must emerge in a different perspective from that allowed by its own publicity machine”.

(de Carlo, 1970: 6)

O mesmo autor considera que o Movimento Moderno preserva na sua essência defeitos substanciais da “condição amorfa” em que emergiu. A ambiguidade do papel do arquiteto destaca-se quando é assumido um aburguesamento da profissão. Os objetivos e métodos de praticar arquitetura são postos em causa, mas a maior crítica que se prolifera no Movimento Moderno é, para de Carlo, uma postura de conquista por parte de um “grupo/elite” em relação ao domínio da arquitetura. Espaço este anteriormente determinado à academia ou empresas, que alocava em si uma série de restritas relações entre “clientes, empresários, proprietários de terras, críticos e arquitetos” (*id.: ibid*).. Forma-se uma rede de interesses económicos e sociais que excluem quem não pertence àquela elite. Dentro disto houve quem conseguisse ou tentasse trabalhar para além dos limites impostos, embora fossem uma minoria dentro dum contexto de muitos problemas não solucionados.

“(...) but always leaning out of their elite positions, never stepping out to stand on the other side: the side of the people – those who use and bear architecture. The ideas and accomplishment of such ‘heroes’ – for example a Loos or a Le Corbusier or a few others (mostly different, though official criticism bunches them together) – have an inestimable value which architecture cannot do without”.

(*id.: ibid*)

O território é dimensionado e organizado pelo financiador, político ou burocrata. Personagens que se apresentam como um “estereótipo de alienação intelectual”. A arquitetura moderna perde a credibilidade quando assume o mesmo público que a arquitetura da academia e das empresas, “quando tomou uma posição de elite ao lado do cliente e não do usuário” (*id.*: 7).

Bandeirinha refere que as “tentativas de redimensionar morfologicamente a cidade e o território”, dentro de um período temporal mais próximo, seriam as “novas utopias urbanas” (figura 3) que despontavam nas revistas especializadas, protagonizadas por Yona Friedman, *Archigram*, *Superstudio*, Paul Rudolph, grupo *Metabolism*, etc. A *Pop Art* e a *Op Art*, também contribuíram para estas “experiências” que procuravam enaltecer figurativamente as “contradições da cidade”. Por fim, surge o *advocacy planning* americano e os contraplanos italianos que são o resultado de estratégias que se destacavam pelo apoio às populações na luta por melhores condições de habitação e de vida. Existe a vontade de trabalhar para o povo, para quem habita. São “processos reivindicativos urbanos” que promovem uma “humanização do cliente e da encomenda” (Bandeirinha, 2007: 21-22). De acordo com Bandeirinha, Tafuri no seu ensaio de 1969, assegura não acreditar que, dentro do contexto da época, era possível encontrar encomendas “boas” que se pudessem opor às “más”, “não era possível encontrar um desenho mais socializante que se opusesse a um outro mais capitalista” (*id.*: 22). Nuno Portas, mais recentemente no âmbito de uma entrevista sobre experiências participativas, afirma que estas não podem ser “uma espécie de álibi, agora redescoberto para legitimar (ou recusar) propostas arquitetónicas ou urbanísticas menos consensuais ou explícitas” (Portas *apud* Baptista e Melâneo, 2011b: 28), o que sugere uma analogia com as declarações de Tafuri. Tafuri defende ainda ser um “absurdo” procurar propostas inovadoras ou progressistas, ou procurar novos métodos que se contrapusessem ao exercício corrente da Arquitetura. Considerava que, quando muito, tratava-se de “conseguir discernir que condicionamentos das estruturas do plano são por vezes congruentes com objetivos contingentes do setor operário” (1985, Tafuri *apud* Bandeirinha, 2011: 22). Bandeirinha, apesar de consentir um certo dramatismo presente nas convicções de Tafuri, considera-as bastante significativas para o campo da Arquitetura e para o debate



Figura 3 -
Be utopian. Mani-
festo Exyzt

We want to build new worlds where fiction is reality and games are new rules for democracy. If space is made by dynamics of exchange, then everybody can be the architects of our world and encourage creativity, reflexion and to renew social behaviours.

EXPERIMENT

Architecture can expand into a multidisciplinary game where everyone brings his own tools and knowledge to contribute to a collective piece.

We do refuse to enter the current architectural practice which serve the building industry.

We do deal with the reality of construction.

We design, build and live our constructions and host the freedom for visitors to appropriate our projects.

We produce an open source architecture that offer an access to basic public amenities and a place for exchange : A physical framework for a direct and immediate emulation between people and space.

We wish to incite anyone to re appropriate and get involved with his own social and physical environment.

REACT ANDACT

do próprio contexto da época:

“Com efeito, o crescente reconhecimento das múltiplas necessidades de um «cliente» cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social conduziam o corpo disciplinar da Arquitetura em direção a um campo de referências mais vocacionado para a compreensão das relações entre o meio ambiente e o comportamento”.

(Bandeirinha, 2017: 22)

De fato, o final do Movimento Moderno determina uma transformação no modo de habitar. Depois de um período marcado pela recessão e repressão econômica, o final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) antecede uma melhoria das condições econômicas, dentro de uma lógica que compreende o raciocínio capitalista de “produção-consumo”. A década de 50 reflete assim uma “nova cultura de imagem”, manifestada numa reorganização social patenteada sobre os conceitos de globalização e “homogeneização de gostos” (Ramos, 2013: 19). Esta revolução cultural e social, mas também de ideias, pensamentos e doutrinas que nos remetem para uma visão do mundo alterada, promove a transição da cidade moderna para o que atualmente denominamos por cidade contemporânea.

A mecanização generalizada patente na sociedade, é fruto do esforço incessante por parte do Homem para alcançar os requisitos e recursos suficientes que sustentam o estilo de vida capitalista vigente. Assistia-se a um período caracterizado por uma falta de consciência crítica estabelecida na sociedade, controlada e “alienada” por um contexto favorável à classe dominante. Guy Debord escreve em 1967 o livro *La Société du Spectacle*, onde refere precisamente várias conjunturas onde o “real” se constitui num “espetáculo” destinado a subverter e seduzir massas, subjugados pelo poder dos meios de comunicação social. A sociedade capitalista apresenta-se “como uma acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se numa representação” (Debord, 1997: 13). Mas para Debord o “espetáculo” unifica a sociedade, “o espetáculo

não é um conjunto de imagens, mas a relação social entre as pessoas, mediadas por imagens” (id.: 14). Assim, adivinhava-se uma alteração ideológica no campo do social e das artes. O estilo de vida monótono e repetitivo que a industrialização submeteu, propõe agora uma visão renovada num mundo mais participativo, em que o lazer se converte numa atividade espontânea e livre, que consente ao indivíduo uma posição de destaque em relação ao “coletivo mecânico moderno” (Ramos, 2013: 21).

Interessante confrontar esta vontade e visão modernista à “negligência” do Movimento Moderno por parte dos arquitetos em relação ao “porquê”?

“Concentrating on the problems of ‘how’, they played into the hands of the power structure. In neglecting the problems of ‘why’, they lost track of the most important reasons for their cultural commitment” (de Carlo, 1970: 7).

Dois exemplos deste procedimento, sugeridos por de Carlo, são o primeiro congresso CIAM de 1929 em Frankfurt dedicado à *habitação mínima* e o congresso CIAM de 1951 em Hoddesdon denominado *coração da cidade*. A habitação mínima tornou-se num assunto muito importante de ser discutido, num período pós-guerra que aumentou exponencialmente a procura por habitação. Erradamente, os arquitetos pensaram ser sua invenção, quando o sistema capitalista já havia adotado este sistema de aglomerar o maior número de operários para, neste caso, o setor industrial usufruir de uma maior quantidade de mão de obra. Os arquitetos que participaram “apresentaram soluções brilhantes, competindo entre si para, não só, reduzir os metros quadrados e cúbicos por pessoa, mas também tudo o que é supérfluo ao comportamento essencial do quotidiano” (id.: *idem*). Atualmente é fácil perceber-se que essas propostas influenciaram casas, bairros, subúrbios e até mesmo cidades. A questão maioritária que se coloca é o porquê de um esforço tão grande de projetar habitações com áreas tão reduzidas, materiais menos bons, adjudicando o menor custo possível? A escassez de recursos pode ser incompreendida quando comparada com o custo que uma guerra envolve.

Porque não “promover habitações mais espaçosas, protegidas, isoladas, confortáveis, bem equipadas (...)”? (*id.*: 8).

No congresso de Hoddesdon discutiu-se acerca da problemática da reabilitação dos centros urbanos. Foram elaboradas propostas que promoviam o centro da cidade como o *coração* desta, impulsionando que atividades ligadas ao lazer, serviços, setores administrativos se concentrassem nestas zonas. A *renovação urbana* como de Carlo classifica, é resultado do interesse de classes mais favorecidas nos centros. Se na América, as classes mais ricas mudaram-se para os subúrbios, entendendo mais tarde a distância e o isolamento como inconvenientes, na Europa estas classes permaneceram nos centros das cidades. Estes espaços perpetuaram-se através de um valor de construção cada vez mais elevado, despachando para a periferia a numerosa classe mais pobre. De Carlo considera que esta inconsciência revelada pelos arquitetos motivou e contribuiu para a segregação de classes no espaço público. No centro estabeleceram-se “as casas dos ricos e as atividades burocráticas e económicas mais valiosas e relevantes, enquanto os pobres foram «excluídos da vida real da cidade»” (*id.*: 9).

Maior de 1968 - revolta, contestação e renovação

A crise de Maio de 1968 (figura 4) estabelece-se sobretudo em Paris e dá especial importância a questões relacionadas com a arquitetura e a cidade, e ao papel destas enquanto impulsionador social e político. Bandeirinha aponta para os *grands ensembles* enquanto conceito habitacional a grande crítica da época. Muitas dúvidas eram dirigidas sobre o seu significado social e económico. A submissão da habitação em relação ao lucro privado começa a ganhar importância. A regeneração dos centros urbanos empurram muitos habitantes, expulsos do centro e desagradados com as condições de alojamento que possuíam, para os novos bairros (Bandeirinha, 2007: 36). É justo assegurar que após a Segunda Guerra Mundial, a crise de 1968 caracterizada no relevante protesto da universidade, foi um evento muito importante. Os estudantes

de arquitetura, mais do que qualquer outra disciplina, foram os precursores de uma revolta que exigia uma renovação radical das estruturas organizativas e métodos do ensino. As faculdades de arquitetura sempre tomaram uma posição de destaque, de vanguarda. De acordo com de Carlo, rapidamente os alunos apreenderam que a questão principal não estava sobre a mudança de cargos ou estruturas que organizavam o ensino em si, mas tratava-se de uma questão mais fundamental, que assentava sobre os propósitos da profissão e do seu papel social. A necessidade da arquitetura ter um papel progressivo era recuperada, tendo como presente no pensamento a ideia de trabalhar e projetar para um “mundo diferente, não classicista, não racista, não violento, não repressivo, não alienante, não especializado, não totalitarista” (de Carlo, 1970: 4).

Estudantes e arquitetos também procuravam um novo significado para a profissão, apoiando-se nas lutas urbanas e nos movimentos contestatários. As operações no território de renovação urbana, principalmente rentáveis para os centros das cidades, geraram uma migração dos habitantes para a periferia, provocando novas motivações para o exercício da arquitetura. Sobressai uma ideia de democratização das intervenções sociais, gerando projetos cuja preocupação primordial cai sobre os grupos mais segregados, em específico as populações mais carenciadas (Bandeirinha, 2007: 37).

“It carries both the optimistic and egalitarian spirit of 1968 and the anger of a younger modernist generation discovering that the social ideals of the Modern Movement had been lost or betrayed. Its strongly political tone recalls a time when the impact of global capitalism was beginning to be felt, and the political implications of the aesthetic were being exposed. Thirty-four years on, much remains relevant, and many of the problems identified are still with us: the tendency for academic architecture to isolate itself in its own discourse, for example, has increased”.

(de Carlo, 1970: 3)

Figura 4 -
Trabalhadores e
estudantes re-
unidos após uma
série de eventos
que iniciaram
uma greve estu-
dantil. Paris, 27 de
Maio de 1968



Caminho aberto para a participação

Particularmente o tema da habitação e a crise no alojamento são entendidos como problemas que tanto afetam países desenvolvidos como subdesenvolvidos. Quer as metrópoles consolidadas dos países ricos, quer as metrópoles emergentes dos países pobres sofrem de uma “afluência desmedida de habitantes”. Os países desenvolvidos debatem-se sobre as dificuldades em “compatibilizar a política de habitação e o consequente planeamento com a rédea solta da especulação fundiária liberal” (Bandeirinha, 2007: 24). Os países menos desenvolvidos lutavam contra os impedimentos económicos para “levar a cabo qualquer objetivo programático ou de planeamento” que enfrentasse o incontrolável fluxo populacional que as cidades enfrentavam, provocando a densificação de “extensas aglomerações periféricas de habitações precárias” (*id.*: *ibid*).

Os paradigmas assentes no movimento moderno pareciam desatualizados em relação ao modo de vida urbano, tornando-se natural que uma nova geração de arquitetos se instituísse num conjunto de críticos que defende uma aproximação da prática de projeto ao que seriam práticas do quotidiano vulgarmente reconhecidas, reforçando a relação da arquitetura com as ciências sociais. O termo participação ganha influência quando agarrado ao conceito de comunidade. Henry Sanoff, reconhecido professor de arquitetura, no seu livro *Community participation methods in design and planning*, afirma que mesmo que se possa atribuir a ideia de participação a sociedades pré-letradas, a participação comunitária tem uma origem mais recente. Obtém um papel de destaque sobre a envolvimento da população local no seu desenvolvimento social, em que “as mais importantes influências recaem dos movimentos de desenvolvimento comunitário do Terceiro Mundo, do trabalho social pregado no ocidente e do «radicalismo comunitário»” (Sanoff, 2000: 1). O indivíduo faz parte de um modelo que pressupõe o direito à inclusão, em que a individualidade e a comunidade devem ser encaradas com igual atenção. A responsabilidade social na construção dos espaços cai também sobre este, baseando-se num princípio em que a participação comunitária se revigora com a envolvimento dos cidadãos na gestão dos espaços. Os locais e valores culturais destes são explorados a partir da “teoria da participação

comunitária como uma abordagem para o desenvolvimentos social, alicerçado num programa das Nações Unidas, reivindicando a criação de oportunidades para que as pessoas possam participar ativamente na política e também neste processo de desenvolvimento” (*id.: ibid*).

O arquiteto italiano Giancarlo de Carlo (figura 5), como se referiu anteriormente, foi um dos precursores da reflexão sobre a importância deste tipo de processos que pretendem incorporar o utilizador no desenvolvimento de projeto, conferindo “maior cidadania e democracia na conceção dos espaços urbanos” (Barone e Dobry, 2004: 18). De Carlo entende não existir mundo sem arquitetura mas esta não pode estar circunscrita aos arquitetos. Num momento em que as atividades do Homem se multiplicam, a complexidade de transformações do meio ambiente e da organização do espaço físico, público e privado, fazem com que a “arquitetura se torne demasiado importante para ser deixada aos arquitetos” (de Carlo, 1970: 11). Quando confrontada com o clima de contestação generalizada que se sente na década de 1960, a arquitetura também ela é contestada procurando atingir novos posicionamentos sociais, com incidência específica nos programas habitacionais e políticas de intervenção urbana. Diferentes movimentos surgem, defendendo a renovação da arquitetura assente numa conjectura favorável a quem está sobrecarregado e fora do sistema de poder instituído. A prática de arquitetura deve insurgir-se perante qualquer barreira existente entre construtor e utilizador, estabelecendo duas fases diferentes num único processo. A participação em arquitetura é um caminho. Um processo que engloba e envolve uma pluralidade de objetivos cujos resultados não são fáceis de prever. Uma sociedade em evolução, em que se salienta um crescente populacional e um desenvolvimento contínuo da tecnologia, tudo questões que a arquitetura deve procurar responder. Definir participação em arquitetura significa um sistema que junta e descreve inúmeras variáveis através de observações que contribuem para avaliar e concluir dados que não poderiam ser analisados doutro modo. Essencial descobrir e desenvolver um método que concilie uma dependência que a arquitetura usufrui por parte dum *poder caprichoso* do cliente, ao mais valioso que será a identificação real e concreta das necessidades fundamentais dos utilizadores (*id.: ibid*).



Figura 5 -
 Giancarlo de
 Carlo durante a
 abertura da série
 de conferências
 Stylus "The Invis-
 ible in Architec-
 ture", Delft, 1987.
 (MONU Magazine
 #23: "Participatory
 Urbanism".)

Construir *para* ou *com* os utilizadores? A principal diferença entre construir *para* ou *com* os utilizadores é uma questão de consenso e democratização da prática de arquitetura. Isto é, quando se projeta *para*, há sempre a sensação ou o objetivo de chegar a um consenso, transformando os fatos que se concluíram como permanentes, indubitáveis ou universais. Um exemplo disto serão os planos em grande escala de cidades e regiões que se manifestam depois em bairros que propendem para um estado de deterioração. De Carlo explica este fenómeno pelo fato da comunidade enquanto coletivo não ter motivos para os defender pois “por não participarem no planeamento, sentem dificuldade no ato de apropriação dos espaços coletivos e individuais” (*id.*: 13).

“Here it is perhaps necessary to add that by ‘participation of the users’ we do not mean that the users should work at the drawing board or that they should dictate while the architects transcribe, transforming aspirations into images. Some people seem to believe in this more literal interpretation of ‘participation’, or without believing it promote it anyway to turn their frustration into populist jubilation. But in reality, participation needs to transform architectural planning from the authoritarian act which it has been up to now, into a process”.

(*id.*: 14)

Quando se projeta com as pessoas o consenso permanecerá aberto no tempo, renovado por confronto. Assim, promove-se uma legitimidade política ao processo, o ato torna-se “libertador e democráticos, estimulando uma ação múltipla e contínua de participação” (*id.*: 13). Um processo que se reabre de forma contínua ao longo do tempo, que começa por descobrir as necessidades autênticas dos utilizadores e depois da formulação das hipóteses formais e organização dos espaços, não termina quando entra em fase de utilização.

BAIRRO PRODAC

Figura 6 -
Largo na Rua
Bento Mântua,
Bairro PRODAC
Norte, 2017



A precariedade da habitação em Lisboa e a origem do Bairro Chinês

Nos finais da década de 1960, o problema habitacional é um assunto primordial para os responsáveis políticos e entidades envolvidas. Vive-se um clima contestatório ao regime e políticas de Oliveira Salazar, aquando da iniciação do mandato de Marcelo Caetano na chefia do governo, em 1968. O governo confronta-se seriamente com múltiplos aspetos negativos no setor habitacional que reclamam urgência na sua resolução. O governo de Caetano delineou um importante investimento no setor da habitação (III Plano de Fomento) que, desde logo, pareceu insuficiente para resolver a totalidade das necessidades (Rebolo, 2017: 166-168).

“Ao prever a construção de 49 430 fogos pelas entidades públicas e semi-públicas, o III Plano de Fomento arriscou obviamente mais na ambição intervencionista, deixando antever que, para a obtenção de resultados, seria necessária uma atuação mais frontal e voluntário-sa, menos embrulhada nos meandros da habitual retórica política”.

(2007, Bandeirinha *apud* Rebolo, 2017: 168)

Os problemas na habitação estão inteiramente relacionados com o aumento populacional, consequência das contínuas migrações do interior rural para as principais cidades portuguesas, sobretudo no litoral. Simultaneamente, Lisboa verifica um súbito crescimento dos bairros de habitação clandestina, entendidos como bairros de barracas. O historiador João Santana da Silva indica o exemplo da reorganização administrativa de Lisboa, que resulta na criação da freguesia de Marvila, em 1959, como o início de melhores condições para combater “os problemas locais dos bairros e zonas outrora esquecidos” (Silva, 2015: 88). O problema da habitação em Lisboa, especificamente a habitação clandestina, confere-se como a maior e mais urgente dificuldade a solucionar. Mais importante que o “reajustamento dos limites de cada freguesia”, o aparecimento exponencial de grandes bairros de barracas como “a Quinta do Marquês de Abrantes e o Bairro Chinês (figuras 7 e 8), e o seu imparável crescimento entre as décadas de 1940 a 1970” (id.: *ibid*), revela a urgência

Figura 7 -
Bairro Chinês





Figura 8 -
Crianças no Bairro
Chinês, em finais
da década de
1960, na vulgar-
mente chamada
"Rua do Cano
d'Água"

de resposta a este impasse. Na transição da década de 1950 para 1960, os bairros de barracas em Lisboa aspiram localizar-se em zonas menos centrais nas cidades. Apesar da enorme dificuldade em recensear estes bairros, em 1970, a Polícia Municipal contabiliza “cerca de 18.500 destas habitações precárias ou construídas clandestinamente (90 000 pessoas)” (Coelho, 2015: 93). O crescimento das periferias em redor da cidade de Lisboa acentua-se. A Câmara Municipal de Lisboa diligencia estímulos e promoção de políticas que erradicam estes bairros de barracas e fiscalizam alugueres clandestinos. Segundo estes fatores, concelhos como Loures, Oeiras e Amadora cresceram neste período. Através do uso de madeira, chapa ou usufruindo-se de paredes de antigas quintas, as barracas multiplicam-se. A partir da década de 1960, as barracas assumem, por vezes, uma construção mais sólida utilizando tijolo em vez de madeira ou telhas na cobertura, soluções que ambicionam aumentar a durabilidade destas edificações. Estas transformações eram encobertas às autoridades pois dificultavam a sua demolição futura (Rebolo, 2017: 171).

O preconceito sobre estes bairros vinha-se esbatendo, consequência do maior contato com as populações e intervenção de profissionais ligados a diversas áreas sociais. O pensamento acerca deste tema altera-se, “a opinião pública, mas também os governantes, tinham um conhecimento mais aprofundado e objetivo sobre as condições habitacionais e a realidade social destes bairros, mas igualmente sobre a gravidade do problema em termos de saúde pública e tantos outros decorrentes da situação de pobreza” (1970, *Lisboa não pára de crescer apud* Rebolo, 2017: 172). Dentro do território de Lisboa, na zona oriental da capital, vem-se dilatando o problema da precariedade da habitação devido, em particular, a um bairro de barracas que começara a expandir-se sem solução aparente, o Bairro Chinês na Quinta do Marquês de Abrantes. Marvila apresentava graves problemas em responder ao rápido aumento populacional, numa conjectura de escassez de habitação que faz disparar as rendas e os preços das habitações ainda desocupadas. As fábricas locais continuavam a contratar operários, que provinham de zonas rurais, ambicionando melhores condições de vida e laborais. A facilidade em adquirir emprego na região, reforçava a determinação dos trabalhadores em encontrar casa em Marvila, confrontando-se continuamente com valores de habitação incombustíveis

para a esmagadora maioria dos migrantes, obrigando-as a “soluções alternativas ao urbanismo planeado pelo poder público” (Silva, 2015: 93). Estima-se que a afluência de pessoas para Marvila advém sobretudo do norte do país, particularmente de Viseu, Lamego, Cinfães e Castro Daire, fomentando a vinda reiterada de familiares e amigos para a capital. João Santana da Silva faz uso do texto do diário *A Capital*, intitulado *Marvila: cinco problemas para resolver*, para explicar a gravidade e a dificuldade dos problemas acumulados naquele lugar: “a insuficiência das condições mínimas na habitação, o trânsito perigoso e difícil nas ruas de Marvila velha, a carência de transportes, a falta de uma mercado e de arruamentos suficientes” (1970, *A Capital* apud Silva, 2015: 93). O maior destes problemas está relacionado com a “vasta área semeada de barracas que se acumulam nas inúmeras azinhagas” que abrigam “centenas de famílias, vivendo em reduzidos espaços de terreno pelo qual ainda pagam renda, (...)” (*id.*: *ibid*).

“Foi neste quadro que se ergueu o chamado Bairro Chinês, um dos maiores bairros de barracas de Lisboa, cujo epíteto (não oficial) tem uma origem desconhecida. Sabe-se apenas que nasceu da grande concentração de habitações de madeira e chapa no arruamento principal da Quinta do Marquês de Abrantes, outro grande terreno no qual foram surgindo centenas de barracas e arruamentos de terra batida entre cerca de 1940 e 1970, continuando a crescer mesmo depois das medidas públicas de combate a este tipo de habitações”.

(Silva, 2015: 93)

A constituição da PRODAC

“

Desde o final da década de 1930, realizaram-se programas de intervenção em bairros problemáticos de Lisboa. Durante os anos de 1960, associações ligadas à Igreja Católica, caso do Centro de Ação Social Universitário e (CASU) e a própria Câmara Municipal de Lisboa intervieram socialmente nestes bairros. Exemplos disto são as intervenções no bairro social Padre Cruz, na Quinta da Curraleira ou a construção da Quinta da Boa Vista (Rebolo, 2017: 175). Nos anos de 1960, a Câmara Municipal de Lisboa constitui “o Gabinete Técnico

de Habitação (GTH) para urbanizar a zona oriental da cidade (Olivais e Chelas)” (Coelho, 2015: 53). O GTH, com sede junto à antiga Feira Popular, converte-se no lugar no qual milhares de pessoas com carências habitacionais se dirigem, particularmente habitantes de barracas. Estas, solicitam melhores condições e habitações de baixo custo, candidatando-se aos fogos pertencentes à CML. Contudo, os critérios de atribuição destes fogos não se enquadravam com esses pedidos. Sem resposta, muitas das pessoas eram orientadas para a Caritas, cujas instalações eram próximas, a fim de receber um melhor apoio. Algo que também não se verificava, pois quem as acolhia não estava vocacionado para deliberar sobre estes processos, limitando-se a preencher formulários sobre as situações expostas. Criou-se assim um imenso conjunto de documentos que identificavam diversas condições de residentes em habitações precárias. A partir deste procedimento, a sensibilização das entidades para minorar os graves problemas na habitação intensificam-se, resultando na criação de mais um organismo da Igreja Católica, a União Católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho (UCIDT) (*id.: ibid*).

“Lisboa, finais dos anos sessenta do século XX. A cidade acolhia mal aqueles que imigravam de suas terras, procurando trabalho e melhores condições de vida, porque a resposta de alojamento na capital era, fatalmente, a construção ou «arrendamento» de uma barraca de tábuas, aglomerados de madeira e chapas de zinco, fibrocimento ou plásticos como cobertura” .

(Coelho, 2015: 53)

Face à incapacidade das entidades governamentais em responder a este contingente, constitui-se a Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC) por dirigentes da Caritas e com apoio da UCIDT. O nome da Associação deve-se ao conhecimento do trabalho previamente praticado pelo Movimento Nacional de Autoconstrução (MONAC), em Coimbra, “de que era promotor o Reverendo, Padre João Evangelista Ribeiro Jorge, assistente eclesiástico da UCIDT, que construía já alguns fogos em regime de autoconstrução pura em núcleos rurais da periferia daquela cidade (...)” (*id.:* 54). A PRODAC (figura 9) atestou proximidade institucional à Igreja e ao poder político. Entre os seus dirigentes, encontravam-se indivíduos com cargos públicos e em

AUTOCONSTRUÇÃO: A "PRODAC" FAZ

Quem, depressivamente, ouvir falar em autoconstrução, corre o risco de imaginar o cidadão-candidato a morar desventadamente transportando tábuas, tijolos e cimento, num valém interminável, espécie de castor empenhado na construção de casa própria.

Não, é, afinal, bem disso que se trata. Nem da autoconstrução que quase sempre se dá por isso fazem os que têm casa "digna": a tomada que se muda, o quarto que se derruba porque o luxo chama-se hoje, e cada vez mais, espaço.

É da autoconstrução organizada a com objectivos bem definidos (da qual entre nós existem algumas experiências) que nos vamos ocupar.

Em Portugal já existiam dois movimentos de autoconstrução, pelo menos de que tínhamos conhecimento: o de Aguiar da Beira, do Padre Fonseca, e o da "Monaca" (Movimento Nacional de Auto-Construção), de Coimbra. São experiências talvez reduzidas em actividade e concretizações, sobretudo por condições de natureza económica: autofinanciam-se, bem vê-se...

Fala-nos o secretário-geral da Prodac (Associação de Produtividade na Auto-Construção), eng. Mário Pinto Coelho. Da "Prodac", recentemente muito falada nos jornais, quando da assinatura de um contrato de financiamento, por parte do Governo e com o aval do município de Lisboa. Trata-se de realojar a popula-

ção instalada em barracas na Quinta Marquês de Abrantes e na Quinta das Claras, em Marvila (cerca de 10 000 pessoas). O Quidagador referiu-se ao facto, no Conco e Quando (folhetim para portugueses, número 48). Trata-se, uma vez mais, de um problema na periferia de Lisboa, cidade outrora aprazível, para onde hoje toda a gente insiste em vir, Mário Pinto Coelho prossegue:

— A "Prodac" tem por finalidade congruente as pessoas carenciadas do ponto de vista habitacional, no esforço comum que visa a resolução do seu problema. A autoconstrução é, portanto, baseada numa ideia de participação, sobretudo na administração da construção. Administração que poderá no entanto ir até à execução (como é o caso aqui em Lisboa), embora seja difícil, porque as pessoas trabalham e os tempos livres não são muitos.

O arquitecto Reis Álvaro faz também parte da direcção da "Prodac" e é, em relação à iniciativa da Quinta Marquês de Abrantes, o responsável pelo planeamento da urbanização e do equipamento. Queremos saber se, naquele caso concreto, havia efectiva colaboração entre os intervenientes (sector público, entidade privada, população), colaboração que aparentemente se não verificou em Aguiar da Beira e com a "Monaca".

— Há colaboração mais efectiva e mais concreta. Aliás, no Colóquio sobre Política da Habitação, em 1969, previu-se,

numa das conclusões, que deve ser estreitada a colaboração entre a iniciativa privada e o sector público, nesta matéria.

— E qual é o papel da iniciativa privada?

Mário Pinto Coelho: "Não devemos querer atingir o óptimo sem passar pelo bom. As nossas experiências mostram que deve ser assim."



da nessa colaboração? Fica condicionada pelo sector público?

— Cada sector tem a sua intervenção efectiva: um é financiador e coordenador, outro, como organização, sujeita-se naturalmente a essa coordenação, ocupa-se dos problemas da construção, e sobretudo dos pontos que vão habitar as casas.

— "Prodac" — explica por seu turno Mário Pinto Coelho — não nasceu para resolver especificamente problemas de barracas, mas de pessoas carenciadas de uma maneira geral.

— Até porque consideramos que o problema das barracas não é o mais presente nem o mais grave, na medida em que há a subsistência, que afecta maior número de pessoas e onde muitas vezes tudo se passa em condições piores ainda, nas partes de casa e nos quartos alugados.

Na iniciativa da Quinta Marquês de Abrantes, os terrenos são ocupados por número de anos determinado, em regime de direito de superfície. Passado esse período, as populações podem transitar para outro tipo de habitação, que pode evoluir, ser aumentada ou melhorada.

Uma solução transitória, portanto, que se integra no conceito de habitação evolutiva, tal como foi definido no Colóquio de 1969: "Para as famílias economicamente insustentáveis, a acção a prazo tem de visar a promoção sócio-económica desta população e, com ela, a capaci-

dade de suportar os encargos condicionados da habitação de carácter social. Não, fase actual de carências, e como acção imediata, o sector público terá sobretudo que fornecer locais equipados para a instalação de alojamentos, e fomentar, com assistência económica e técnica, as capacidades de cooperação, iniciativa e trabalho das populações, aplicáveis na construção ou recuperação dos próprios alojamentos."

As fórmulas de construção de casas nucleares evolutivas em terrenos ocupados a prazo, sob o regime do direito de superfície, merecem estudo para aplicação nestes casos e aliás mesmo noutros, de estratos da população com maior capacidade económica." Porque, naturalmente, as famílias tendem a crescer. Porque, assim, a casa bem feita, acabadinha, mas limitativa (deu tanto trabalho a conseguir esta, como conseguir uma maior?). Perguntamos no entanto se a ideia nasceu de inteligência de uma solução, ou se é mais prosaicamente consequência da crónica falta de meios.

Pinto Coelho responde:

— Neste momento talvez seja esta a solução, porque não devemos querer atingir o óptimo sem passar pelo bom. As nossas experiências têm-nos, aliás, mostrado que assim deve ser. É que muitas vezes não é válida a transferência de pessoas que sempre viveram em barracas (há quem viva há quarenta anos na Quinta Marquês de Abrantes) para as

chamadas habitações de carácter económico, que em Portugal têm a característica de serem muito pouco económicas. Muitas vezes as pessoas não sabem para e simplesmente tirar o máximo rendimento.

Reis Álvaro: "Procuramos, desde o início de cada programa, que as populações participem."



Figura 9 - Entrevista do Engenheiro Pinto Coelho e do Arquitecto Reis Álvaro

empresas privadas onde ocupavam lugares relevantes, possibilitando apoios proeminentes aos seus projetos. Financiando-se através das “quotizações dos sócios e dos sócios beneficiários, mas igualmente de donativos, (...) entre outras receitas”, a Associação surge com o intuito de alcançar respostas para o problema habitacional em Lisboa, propondo-se a colaborar “em boas condições económicas, higiénicas e morais, (...) àqueles que não possuem habitação ou que não possam, pelos seus fracos recursos, consegui-la” (1968, Prodac *apud* Rebolo, 2017: 181).

O objetivo principal assentava na construção de habitações em zonas de Lisboa com condições habitacionais degradadas e situações de extrema pobreza. A Associação incumbia aos moradores algumas tarefas práticas na obra, responsabilizando-se por adquirir terrenos e alguns aspetos técnicos da construção, impondo a participação dos moradores como essencial ao projeto. A aposta no conceito de autoconstrução da PRODAC surge como continuidade do trabalho realizado previamente por outras instituições portuguesas de solidariedade social. Para além destas práticas, a PRODAC estudou e tomou conhecimento de muitas “experiências de realojamento e trabalho com populações que à data, estavam sendo levadas a efeito nas favelas do Brasil e em bairros de lata da América Latina, porém com enquadramentos totalmente diferentes” (Coelho, 2015: 55). Quando se iniciou o processo específico para o realojamento do Bairro Chinês, a participação dos moradores não se conteve apenas à autoconstrução, associando-se também à viabilização financeira e dos custos do realojamento. A partir do momento em que se utilizam “os rendimentos dos moradores, ainda que escassos, para poder financiar o projeto do realojamento” (Rebolo, 2017: 185), introduz-se o conceito de propriedade na habitação. A ideia da autoconstrução consolida-se com este conceito, de maneira que a cooperação e adesão da população seja adequada aos propósitos do projeto. A PRODAC fomenta, igualmente, a ideia de que os planos de intervenção em diferentes contextos urbanos e as “ações concretas de realojamento” devem obedecer e adaptar-se “às características específicas da sua população e do contexto onde vivem” (*id.*: 186).

Realojamento do Bairro Chinês (1970/1974)

A convite da Câmara Municipal de Lisboa em 1970, a PRODAC inicia o plano de realojamento do Bairro Chinês, em Marvila. A Associação tinha idealizado e apresentado a responsáveis e técnicos da CML em 1969, um projeto de realojamento da população da Quinta de Ourives, localizado entre o bairro de Madre de Deus e o Vale de Chelas, para um novo bairro, com casas pré fabricadas em madeira, na Quinta do Ferrador. Nessa planificação estavam consagradas várias tarefas, “desde o contacto direto com os moradores, ao estudo da composição e características dos agregados familiares e também a escolha dos representantes dos moradores em diversas atividades. Nesta se-quência, seria ainda feito o reconhecimento das barracas e o levantamento da situação geográfica do bairro” (Rebolo, 2017: 192). O projeto não chegou a materializar-se devido a divergências com o tempo necessário para a concretização do projeto, considerado muito longo. Também o período de preparação da população a realojar, foi apreciado como desnecessário, preferindo-se uma intervenção que reutilizou projetos de arquitetura já existentes. Todavia, a receptividade à ideia por parte dos técnicos da CML ficou patente e foi fundamental para que o engenheiro Jorge Mesquita, diretor do GTH, presente na cerimónia de apresentação da proposta para o realojamento da Quinta do Ourives, propusesse a Mário Pinto Coelho, secretário-geral da PRODAC, a realização de um plano geral de realojamento do Bairro Chinês, na Quinta Marquês de Abrantes. O objetivo da CML era “realojar a população do Bairro Chinês, construindo um novo bairro destinado, exclusivamente, aos seus moradores, seguindo-se a demolição total das barracas” (*id.*: 195).

“Ficámos em choque. O Bairro Chinês era o maior bairro de lata da cidade de Lisboa, com cerca de 2000 barracas e uma população de 10 000 pessoas (na altura, dizia-se que tinha uma população idêntica à da cidade de Leiria), Este bairro situava-se em Marvila/Chelas, junto *a zona industrial da cidade, onde se localizavam as grandes fábricas, nas quais grande parte desta população trabalhava (...).”

(Coelho, 2015: 56)

O Bairro Chinês, idêntico ao que sucedia com outros bairros de barracas que se desenvolveram em Lisboa e também em Chelas, ocupava território devoluto pertencente a privados. Corresponhia a um aglomerado de barracas que prosperou na Quinta das Claras e na Quinta Marquês de Abrantes. Não existia qualquer levantamento do bairro, pelo que foi necessário proceder a um reconhecimento geográfico (localização das barracas e vias de acessos, etc.) e caracterização social (aspetos culturais, demográficos e situação profissional dos moradores) do bairro, antes de intervir (Rebolo, 2017: 201). Realizaram-se entrevistas, questionários e observações rigorosas. O programa da Associação previa também a promoção social, cultural e económica da população, compreendendo iniciativas para educação e alfabetização de crianças e adultos, e noções de higiene pessoal e cuidados a ter com a habitação e o ambiente. O programa, *Divulgação do Plano junto dos Moradores do Bairro*, envolvia sete fases que explicavam o decorrer do processo. Sucintamente, este programa difundia o decurso e os traços gerais do projeto. São revelados os “objetivos gerais das ações em curso e o modo como a PRODAC e a Câmara Municipal de Lisboa e as outras entidades iam colaborar”. Os moradores são informados sobre o procedimento da autoconstrução e os seus propósitos, incentivando a adesão ao projeto. Seriam dadas ações de formação aos grupos autoconstrutores e prestados “esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos moradores inscritos como sócios da Associação”. Desejava-se implementar “o espírito associativo e o sentido de grupo na resolução de problemas”, consagrando-se uma divisão de tarefas “organizada e produtiva”. Programar-se-iam os períodos de trabalho de acordo com capacidade e disponibilidade dos grupos e subgrupos autoconstrutores. Explicava-se o processo de “demolição das barracas desocupadas, preparando a *Mudança das Famílias para a habitação Autoconstruída*”. Por fim, a associação “preparava os grupos para a autogestão da comunidade”, prosperando as atividades já existentes e organizando “outras de carácter recreativo, associativo e formativo (...) envolvendo a participação ativa dos indivíduos, dos grupos e dos intergrupos” (*id.*: 212-213).

O subarrendamento de terrenos rurais desocupados ou devolutos, privados ou do município, determinava o negócio especulativo do aluguer de barracas. Inúmeras famílias, sem alternativa a este tipo de

alojamento, cediam aos “*senhorios* das barracas, que eram arrendatários de terrenos agrícolas que subalugavam, ilegalmente, as construções” (*id.*: 217). A Câmara Municipal de Lisboa adquiriu todos os terrenos onde atualmente os moradores residiam (figura 10), a fim de construir o novo bairro naquela área, beneficiando a população que assim poderia manter o emprego e os transportes utilizados. As famílias “deixaram de pagar rendas aos proprietários, ficando apenas a pagar 10 escudos/mês de taxa de ocupação à Câmara (...)” (Coelho, 2015: 59). Para os moradores do Bairro Chinês, esta resolução “significava o fim da dependência em relação aos anteriores proprietários e, a partir desse momento, a Associação propunha-lhes uma solução que ia ao seu encontro, com um plano de realojamento” (Rebolo, 2017: 201).

“A compra dos terreno da Quinta do Marquês de Abrantes verificou-se por escrituras celebradas em 30 de setembro de 1970, por 11 200 contos. Na ocasião, a PRODAC prometeu iniciar os trabalhos de construção dentro de um mês. Antecipadamente conhecida pela PRODAC a data de aquisição dos terrenos, tudo foi preparado. Assim, no mesmo dia em que foram celebradas as escrituras, distribuíram-se cerca de 1500 cartas convidando os chefes de todos os agregados familiares para uma reunião de esclarecimento”.

(Coelho, 2015: 59)

As sessões de esclarecimento efetivadas pela Associação nos dias seguintes à compra dos terrenos, permitiu certificar aos moradores diversas condições. Para além dos moradores deixarem de compensar monetariamente os anteriores proprietários, quem se inscrevesse como sócio da PRODAC ficava isento da taxa de ocupação a pagar à CML, pagando apenas a quota de sócio da Associação (300 escudos para amortização da sua futura habitação). O Plano baseava-se na construção de casas pré-fabricadas (de cimento e não de madeira), que variavam de tipologia de acordo com a dimensão de cada agregado familiar. Estava previsto que as famílias residissem nas habitações durante alguns anos, até a Câmara proceder à construção de edifícios para realojamento definitivo. A inscrição na PRODAC era imprescindível para as famílias que aderissem ao Plano, comprometendo-se também à participação em ações de formação e reuniões no decurso do proje-

Figura 10 -
Assinatura, a 30
de Setembro de
1970, no salão
nobre da Câmara
Municipal de
Lisboa, dos con-
tratos de compra
dos terrenos
onde iria desen-
volver-se o Plano
de Realojamento
do Vale Fundão



to. A bem sucedida adesão dos moradores ao Plano manifestava consciência na “participação consciente e ativa dos autoconstrutores e da sua família; possibilitar a concretização de um objetivo e duma experiência comum; reduzir os custos das casas e aumentar a rapidez da construção; aumentar o interesse e a estima pela casa” (1972, Figuerinhas *apud* Rebolo, 2017: 222).

O compromisso da PRODAC para com o realojamento da população na Quinta do Marquês de Abrantes e Vale de Fundão, previa a continuação do programa de Promoção Social, iniciado em cooperação com a CML, atuando na “elaboração do projeto de intervenção urbana, de arquitetura e das especialidades e a construção do conjuntos das habitações”. A Associação encarregava-se da “componente técnica e financeira do Plano”, alcançando os acordos necessários junto do Ministério das Corporações e Previdência e das Obras Públicas, a fim de conseguir os empréstimos indispensáveis à construção das habitações, e celebrava “contratos individuais com os moradores para se tornarem sócios da Associação” (Rebolo, 2017: 242). No contrato entre a PRODAC e Câmara de Lisboa, que contou com o precioso apoio da Caritas numa fase inicial da intervenção, estabeleceram-se e descriminaram-se as diferentes fases e respetivos prazos do realojamento. A CML cedia à Associação os terrenos destinados à construção do projeto, por um período não inferior a doze anos. A CML responsabilizava-se por realojar os moradores “no final do período transitório de doze anos, em fogos de renda económica, na Urbanização de Chelas”. Concluindo esse processo, “a CML podia adquirir as habitações desmontáveis, pagando aos moradores, no caso de reutilização dos painéis, ou, em alternativa, exigir a demolição da habitação no final da ocupação” (*id.*: 241).

A CML encarregava-se também da conceção das infraestruturas necessárias (arruamentos, esgotos de águas pluviais e domésticas, redes públicas de águas e eletricidade, iluminação, calcetamento dos passeios, zonas verdes) e dos equipamentos escolares e sociais (previa-se a construção de uma creche, de três jardins de infância, de uma escola primária e de um centro de ação social). Numa 1ª fase (84 fogos) previa-se a “ocupação da zona entre o Vale Fundão e a zona J, com a implementação de tipologias habitacionais, a infraestruturação e a remodelação do edifício camarário”, num prazo de 180 dias. A 2ª fase (510 fogos) destinava-se

à “ocupação do Vale Fundão e da Quinta das Claras, com a implementação de tipologias habitacionais, a infraestruturação e os 4 equipamentos sociais”, a ser concluída nos 270 dias seguintes. Nos 300 dias seguintes, a 3ª e última fase (689 fogos) deveria estar terminada com a “ocupação da zona de implantação mais a sul, a infraestruturação e implementação de tipologias habitacionais” 1971, PRODAC *apud* Rebolo, 2017: 242).

O programa do realojamento, ramificado nas três fases distintas (figura 11), fundava-se na construção de um total de 1284 habitações. Os arquitetos que participaram no Plano, idealizaram-no de acordo com três princípios fundamentais : o carácter provisório das habitações, a utilização de materiais e sistemas construtivos pré-fabricados e o recurso à autoconstrução.

“Os fogos foram por estes factos estudados para instalação de famílias prevendo a evolução ao longo e até um período de 12 anos; Por outro lado as habitações destinam-se a sócios da PRODAC, seguindo um sistema de trabalho de grupos; Outro elemento determinante da estrutura e organização dos fogos é a opção que, por razões de urgência, se fez em adotar um sistema de pré-fabricação de painéis e pilares”.

(1971, PRODAC *apud* Rebolo, 2017: 224)

O número de elementos do agregado familiar, bem como a previsão do crescimento deste, funcionavam como medida para os projetistas definirem e conciliarem as diferentes tipologias (T1, T2, T3 e T4), no conjunto urbano. A contenção de custos era um fator predominante na intervenção e que implicava soberanamente o desenho de cada habitação. Encontrar a proposta que melhor servisse os interesses dos moradores envolvia um intenso estudo sobre vários aspetos, desde a dimensão de áreas, à seleção dos elementos de construção e dos acabamentos. Dada à condição provisória do programa, a intervenção serve-se de uma situação de exceção no que diz respeito ao cumprimento das normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) ou qualquer legislação corrente. A área bruta total das habitações é, de fato, inferior ao convencionado no RGEU, porém, as áreas úteis dos diversos compartimentos do projeto cumprem e superam, por vezes, o estipulado no RGEU. Tal feito deve-se à opção dos projetistas em retirar área às circulações inte



Figura 11 -
Planta de
Marvila, Plano
das três fases de
intervenção da
PRODAC

riores, vestíbulos e corredores, e atribuir áreas mais generosas para os diferentes compartimentos habitáveis pelos moradores (Rebolo, 2017: 227-235).

O sistema construtivo utilizado assentou na pré fabricação. Desejava-se rapidez de processos, a urgência que o programa exigia colocou de parte métodos mais tradicionais. Separou-se claramente, uma primeira fase de pré fabricação pesada, que seria atribuída a uma empresa especializada, de uma fase posterior destinada à execução dos acabamentos, que os grupos de autoconstrução formados estavam em condições de efetuar. Procurava-se conjugar a rapidez de execução e a contenção de custos, fundamentais para o sucesso do Plano. O sistema estrutural pré fabricado consistia na aplicação de “painéis autoportantes, com dimensões de 1.325m ou 1.755m de largura, de encaixe lateral e reforços do tipo pilar, numa das extremidades” (*id.*: 237). Os painéis exteriores eram de betão, cerca de 10cm de espessura, com isolamento térmico no interior. As paredes interiores também eram de betão, mais estreitas e sem isolamento. O condicionamento da utilização deste método modular, consentia aos projetistas a repetição dos diversos compartimentos, nas diferentes tipologias.

A obra, (auto)construção em comunidade

Depois do projeto de arquitetura concretizado pela PRODAC ser aprovado pela CML e após a assinatura de contrato com a empresa de pré fabricação (SOCASPRÉ), as obras iniciaram-se em 1971 (figura 12). O principal suporte financeiro da intervenção residia na quotização dos moradores, contudo, para saldar a totalidade da construção, estavam consideradas as mensalidades dos sócios (encetadas em Outubro de 1970) durante doze anos, pelo que foi necessário solicitar um empréstimo ao Estado que cobrisse os encargos da obra, concentrados nos dois primeiros anos. A pré fabricação facilitava a programação do trabalho e de acordo com documentação da época, em três meses, a estrutura e montagem das paredes e lajes da 1ª fase, estava concluída. A rapidez de processos que este sistema construtivo ofereceu à intervenção, pareceu



Figura 12 -
Associação de
Produtividade na
Autoconstrução.
Placard informati-
vo da obra

responder convenientemente ao rigoroso calendário que o acordo com a CML previa. Em concordância com as diferentes tipologias, cada habitação constituía-se por cerca de 30 a 50 painéis. Primeiramente, os painéis pré fabricados eram transportados da fábrica por veículos cedidos pela Caritas. Mais tarde, decidiu-se pela construção de um estaleiro de produção no local, acelerando a produtividade (*id.*: 249-252).

Durante o período de montagem dos fogos e construção das infraestruturas, o Plano concebia ações de formação aos moradores, preparando-os apropriadamente para a execução dos acabamentos e utilização das futuras habitações. Semanalmente, aos fins de semana, homens e mulheres frequentavam estas ações de preparação. Aos homens ensinavam-se “tarefas inerentes à conclusão das casas em regime de autoconstrução, como sejam assentamento de portas e janelas e colocação de vidros, colocação e afagamento de tacos no pavimento, instalação elétrica, pinturas das paredes interiores e exteriores, etc.” (Coelho, 2015: 61). Às mulheres prestava-se ensinamentos sobre “conhecimentos teóricos e práticos de puericultura, economia doméstica, cuidados de higiene e saúde, alimentação, correta utilização dos espaços dentro do fogo, influência nos comportamentos dos componentes do agregado, escolha das cores das paredes que iriam escolher para os diferentes compartimentos da casa, etc.” (*id.*: *ibid*). Os chefes dos grupos de moradores reuniam periodicamente, discutindo-se aspetos relativos à vida coletiva no bairro. Debateu-se primeiramente acerca da arquitetura dos fogos, depois sobre questões relacionadas com a construção e outros conceitos referentes à gestão e funcionamento dos equipamentos no bairro. Os grupos de moradores, dirigidos pelos respetivos chefes, estavam preparados para participar, conscientemente, no processo de autoconstrução, beneficiando das aptidões específicas de cada morador para executar tarefas concretas em obra (figura 13). Sucediavam-se reuniões destes grupos com a presença de assistentes sociais, em que se apresentavam e abordavam diversos assuntos relacionados com o Plano. Maria de Almeida Figueirinhas, estagiária da Associação, produziu um importante relatório de estágio, em 1972, acerca de dados inquiridos sobre o processo e intervenção da população. O projeto de arquitetura das habitações, o sistema construtivo pré fabricado e o processo de autoconstrução, eram os temas mais debatidos nas reuniões, com o objetivo claro de dinamizar os moradores



Figura 13 -
A população
realojada no
Bairro PRODAC
colaborava nos
acabamentos das
suas casas, tal
como preconiza-
do pelo regime de
autoconstrução

para uma participação ativa e o mais direta possível na construção do futuro bairro. Os moradores usufruíam destas oportunidades para mostrar agrado ou desagrado sobre algumas das decisões tomadas. A descrição da constituição e divisões interiores dos diferentes fogos, foi o assunto que maior interesse suscitou. O procedimento da autoconstrução também suscitou discordância nos moradores, manifestando-se nas reuniões: “Pagamos 300\$00 por mês e ainda quiere que a gente trabalhe?” ou “Não temos tempo para andar a acabar casas e nos fins de semana queremos descansar” (1972, Figueirinhas *apud* Rebolo, 2015: 144).

“Fazíamos uma requisição e a PRODAC cedia os materiais. Depois usávamos como sabíamos e podíamos para rebocar, tapar as frechas, colocar azulejos, nivelar o chão, e por aí fora. Quem não sabia pedia ajuda aos amigos e familiares. Criou-se uma dinâmica de grupo em que decidíamos: nestia dia vamos à casa daquele, noutro dia vamos à casa deste. Era o mesmo que se fazia na aldeia por altura das colheitas”.

(Silva *apud* Gomes, 2015a: 145)

A celeridade do avanço das obras valorizava o trabalho de todos os intervenientes e a minuciosa organização programática do Plano. O progresso da intervenção sofreu um pequeno revés, após os meios financeiros recolhidos através das quotizações dos moradores serem insuficientes para suportar a totalidade dos encargos dos trabalhos em desenvolvimento.

“Como o financiamento pedido tardava, em determinada altura punha-se a hipótese de fazer uma paragem das obras. A população, que confiava nas promessas feitas e pagava regularmente a sua contribuição, começava a não entender a situação. (...) Surgiu a ideia de motivar toda a população do bairro a deslocar-se à Praça do Município, no sentido de pressionar as autoridades camarárias a uma solução. Atualmente, fazer manifestações é vulgar, assistimos a elas quase todos os dias. Mas estávamos em 1971 e, apesar da Primavera marcelista, essa atitude coletiva era impensável e nunca se verificara antes”.

(Coelho, 2015: 62)

Apenas em Janeiro de 1972, o Estado correspondeu ao pedido de empréstimo da Associação, fundamental para a construção das posteriores fases da obra, assinando uma escritura de empréstimo à PRODAC, desbloqueando a verba do Fundo Nacional do Abono de Família (FNAF), através da Direção dos Serviços de Habitação Económica do Ministério das Corporações e Previdência Social. A Associação comprometia-se à amortização do empréstimo (sessenta mil contos, no prazo de doze anos), com taxas de juro baixíssimas, em comparação com outros financiamentos públicos. O acordo previa também que a CML viabilizasse o empréstimo como entidade fiadora, comprometendo-se ao cumprimento das condições de pagamento (Rebolo, 2017: 256-257).

As obras da 1ª fase, encetadas em Outubro de 1971, concluíram-se em 1972 (figura 14), após a interrupção dos trabalhos e reiniciação das obras respeitantes à conclusão da 1ª fase e início da segunda, em Fevereiro de 1972. A 2ª fase da obra apresentava maiores dificuldades na concretização do programa definido, não só pelo maior número de habitações, mas também pelo terreno acidentado determinado à implantação dos fogos (Vale Fundão). O projeto concebia um conjunto de bandas habitacionais, agrupadas em sequências de três ou quatro blocos, que ocupa a totalidade das duas encostas. Cada bloco habitacional tem dois pisos, é constituído por quatro fogos e possui uma escada de acesso ao centro. Estava em curso a construção de 510 habitações. As famílias cooperavam e autogeriam o trabalho de forma a abreviar processos, “todos participaram, e durante a construção, a participação dos grupos de autoconstrução e outros moradores fez-se da primeira à última das habitações” (2015, *Entrevistas a 4 moradores do Bairro apud* Rebolo, 2017: 264).

Em Junho de 1973, a 2ª fase estava concluída. A materialização das duas primeiras fases do projeto fez-se num período inferior a dois anos. A velocidade do processo deve-se à disponibilidade e mobilização geral dos moradores e, sobretudo, às características intrínsecas ao sistema construtivo utilizado, aliado aos altíssimos níveis de produtividade da empresa de pré-fabricação (figura 15). A terceira e última fase do projeto previa a construção de 595 habitações na Quinta dos Padres, na Quinta do Chalé e na Quinta das Flores. Conforme o sucedido no início do processo, a CML deveria proceder à aquisição dos terrenos, continuando a

Figura 14 -
Notícia da entrega
das primeiras
casas aos
moradores do
Bairro PRODAC,
Diário Popular,
1 de Setembro de
1972

UM EMPREENDIMENTO DE AUTO-CONSTRUÇÃO EM MARVILA

JÁ HABITADAS AS PRIMEIRAS 84 CASAS CONSTRUÍDAS POR ANTIGOS MORADORES DE BARRACAS

O difícil também se consegue—e mesmo nos tempos apertados de hoje, como se diz—, a Marília e a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães encontra um solo seguro de casa em construção—uma marcha lenta, mas constante, que se faz por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa.

O sr. Augusto João Gonçalves, que vive em uma das primeiras construções do bairro de auto-construção, diz: "Marília, não é apenas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, mas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, que se faz por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa."

O sr. Augusto João Gonçalves, que vive em uma das primeiras construções do bairro de auto-construção, diz: "Marília, não é apenas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, mas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, que se faz por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa."

Cinco e quatro casas construídas, mais 120 em andamento.

Um programa de 1300 fogos

Quem não se lembra da Quinta de Marília de Alvarães, que se fez por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa."

A adaptação a uma vida social com certa regra constitui um trabalho difícil

A grande apólice das quintas em barracas

O sr. Augusto João Gonçalves, que vive em uma das primeiras construções do bairro de auto-construção, diz: "Marília, não é apenas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, mas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, que se faz por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa."

A PRODAC compromete-se a promover a autoconstrução de cerca de 1300 fogos

O sr. Augusto João Gonçalves, que vive em uma das primeiras construções do bairro de auto-construção, diz: "Marília, não é apenas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, mas a perseguição da Quinta de Marília de Alvarães, que se faz por conserto. Quem perguntar: onde se faz? João Carlos Gonçalves encontra um homem de mais de 40 anos, educado e letrado, que a pouco tempo, foi a uma mulher, três filhos e um filho menor, habita lá dentro de casa."

MOVIMENTO DE 3000 CONTOS/MÊS DE OBRAS

MAIS DE 130 CASAS EM ACABAMENTO

INICIOU-SE A CONSTRUÇÃO DE CRECHES, ESCOLAS E JARDINS-DE-INFÂNCIA

Augusto João Gonçalves: 'obeto e a minha casa'

DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR



Figura 15 -
O estaleiro de
construção do
Bairro PRODAC,
montado durante
as obras, onde
os moradores
iam buscar os
materiais para a
autoconstrução

ceder o apoio necessário à PRODAC. Contudo, a cooperação entre a CML e a Associação diluiu-se. Emergiram divergências políticas que ocasionaram um tempo de paragem considerável após a conclusão da 2ª fase das obras “por incumprimento da CML do contrato assinado, não disponibilizando mais terreno para construção”. O fim do Plano tornou-se inevitável face às circunstâncias, “ainda se registaram algumas reuniões com o secretário de Estado da Habitação, Nuno Portas (que tinha sido consultor da PRODAC no início do processo)”, mas a continuidade do projeto ficou insustentável perante “o espírito revolucionário da altura”. Realça-se que, com base em muitas das “ideias defendidas pela PRODAC, veio o secretário de Estado Nuno Portas a criar, a nível nacional, o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), integrando-o no Fundo de Fomento da Habitação (Coelho, 2015: 67).

A partir de Março de 1973, a Associação vinculou um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), de forma a dar seguimento ao Programa de Promoção Social que o Plano de intervenção estabelecia. De fato, “a quase totalidade do pessoal administrativo e técnico foi integrado (...) no quadro de pessoal da Câmara”, ou “integrado na SCML, na sequência de um processo negocial com a CML que durou até 1983, altura em que o Decreto-Lei nº 289/83, de 22 de Junho, determinou a integração da PRODAC na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a entrega dos fogos à CML, que passou a regulamentar a sua ocupação” (*id.: ibid*). A PRODAC enquanto Associação extingue-se em 1983, ficando o seu nome permanentemente vinculado ao Bairro. As habitações permaneceram até hoje, muitas delas ocupadas pelos agregados familiares que as fundaram. Desde a sua origem, o bairro da PRODAC suportou inúmeros problemas referentes à propriedade das habitações, que ficaram na posse da CML. Os moradores instituíram duas associações de moradores, uma para a zona norte e outra para a zona sul, com o intuito de preservar e defender os interesses da população, lutando durante mais de quarenta anos pelo direito à propriedade das habitações (Rebolo, 2017: 274).

“Em 1974, já construídas a primeira e segunda fase do bairro, a revolução de 25 de Abril põe o país em suspenso, na alegre euforia da democracia. No cenário de profundas alterações decorrentes da mudança de regime político, a PRODAC é interrompida sine die e a construção da terceira fase jamais passou do papel. Assim, na sequência de múltiplos fatores, o bairro da PRODAC mergulhou num processo de irregularidade e incerteza relativo à propriedade das habitações que se prolongou por várias décadas”.

(Gomes, 2015b: 154)

Figura 16 -
Vista aérea sobre
o Bairro PRODAC



ATELIERMOB E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PRODAC NORTE

Durante cerca de quatro décadas, subsistiu no Bairro PRODAC um “estado de indefinição” sobre o “problema da regularização da estrutura de propriedade do bairro, não reconhecendo a titularidade de posse das casas aos moradores, tal como preconizado pela Associação para a Produtividade na Autoconstrução” (Gomes, 2015b: 153). O Bairro PRODAC, projeto de intervenção do início da década de 1970, construído em regime de autoconstrução e que realojou grande parte dos moradores do Bairro Chinês, um “dos maiores aglomerados de habitação precária de génese ilegal”, em Marvila, contou com a participação direta dos moradores “no processo de construção das casas que lhes eram destinadas”, em terrenos cedidos pela CML conforme acordado com a PRODAC. Convertendo-se sócios da Associação, os moradores contribuíam mensalmente com o pagamento das quotas, conquistando “o direito de aquisição dos fogos, findo um período de tempo determinado” (*id.*: 154). O arrastar do processo de propriedade das habitações e dos terrenos prolongou-se no tempo. As inúmeras diligências praticadas pelos moradores e associações de moradores do bairro, esbarravam nas “dificuldades financeiras, dívidas, desacordo sobre montantes a pagar à Câmara pelos seus encargos, na impossibilidade de transmissão dos fogos a descendentes (que, assim, deveriam voltar ao património municipal) e, sobretudo, na ausência de legalização das construções”. Apenas em 2011, os moradores vislumbram, finalmente, uma resposta ao impasse que tem persistido, recebendo “as certidões de escritura que lhes garantem a propriedade dos terrenos e, consequentemente, das habitações” (Câmara Municipal de Lisboa, 2011).

No dia 24 de Setembro de 2011, os moradores e a Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte, zona referente às edificações construídas na primeira fase do projeto de realojamento, depois de anos de luta incessante, recebem a primeira grande vitória. A titularidade dos terrenos onde se erigiram as habitações, que pertence à CML, perpetuou um “problema jurídico” referente ao “reconhecimento da sua legítima propriedade”, por parte dos moradores (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2012: 1). As primeiras trinta

certidões de outorga das escrituras de propriedade dos terrenos foram entregues aos moradores (figura 17), correspondentes ao mesmo número de fogos, numa cerimónia que contou com a presença de António Costa, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, das vereadoras Helena Roseta e Graça Fonseca, do presidente da Junta de Freguesia de Marvila, Belarmino Silva e do presidente da Associação de Moradores do Bairro da PRODAC Norte, Miguel Ferreira. Nesta cerimónia, que celebrava a entrega do primeiro conjunto certidões de escrituras do Bairro PRODAC Norte, a Vereadora da Habitação e do Desenvolvimento Social Helena Roseta, afirmava perante uma plateia composta por dezenas de moradores:

“Este é um dia importante para o bairro e é um dia importante para nós. Há quarenta anos, a Câmara de Lisboa cedeu estes terrenos para construírem as vossas casas. Muito tempo passou sem solução aparente. Algumas das pessoas que aqui estão já não são os moradores originais, mas o resultado do trabalho que as famílias fizeram, está aqui. Foi possível encontrar uma solução para que este terreno, que era municipal, fosse, oficialmente, dividido em lotes, de forma a poderem ser vendidos. Uma vez aprovado o loteamento, destaco a participação da Associação de Moradores que desenvolveu um trabalho importantíssimo sobre quem, passado quarenta anos, passa a ser o titular dos terrenos”.

(CML Habitação/Direitos Sociais, 2011)

O processo de loteamento aprovado, resultado de um trabalho conjunto dos serviços municipais e jurídicos, que antecedeu a entrega das certidões, considerou 88 lotes no Bairro da PRODAC Norte. Relativamente aos custos da aquisição do direito de propriedade dos terrenos, agora legitimado, Helena Roseta considera que foi “acordado um preço justo”, aludindo aos gastos sucessivos dos moradores ao longo do tempo, ficando contemplado no acordo “os moradores apenas pagarem os custos de infraestruturação a cargo da Câmara e já não o custo do valor dos terrenos, que se considerou pago” (Câmara Municipal de Lisboa, 2011). Na cerimónia, os autarcas presentes deixaram a promessa de, brevemente, resolverem os idênticos problemas referentes ao Bairro PRODAC Sul, correspondente à zona de habitações construídas na segunda



Figura 17 -
Moradores do
Bairro PRODAC
Norte depois da
entrega das pri-
meiras trinta cer-
tiddões de outorga
das escrituras de
propriedade dos
terrenos, 2011

fase do projeto de realojamento.

Do sonho à realidade, para os moradores do Bairro PRODAC Norte, o avançar deste processo tem um valor incalculável. Delfim Pereira, morador do bairro, confessava exibindo orgulhosamente a sua escritura: “Há quarenta anos atrás, quando aqui cheguei, não havia nada e com muito esforço e sacrifício construí a minha residência, porém não tinha nada a comprovar que era meu. Nunca tive nada na vida e estou muito contente por finalmente poder dizer que tenho algo, tenho uma casa” (Expresso do Oriente, 2011). Dado o primeiro passo no sentido da legalização das propriedades, era necessário avançar em paralelo com os processos de licenciamento das habitações existentes. Novamente, o trabalho desenvolvido pela Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte foi fundamental, promovendo a intervenção do Ateliernob, coletivo de arquitetos aos quais se associaram, juntamente com a Junta de Freguesia de Marvila, com o objetivo de “regularizar a situação de todos os 88 lotes”, propondo-se à “realização dos trabalhos inerentes ao licenciamento de todas as casas do Bairro PRODAC Norte” (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2012: 2). A relação entre a Associação de Moradores e o gabinete de arquitetura resultou, em 2012, na candidatura ao Programa Parcerias Locais BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária), sob a designação *PRODAC Norte em movimento*, de modo a adquirir o financiamento suficiente e adequado à materialização da intervenção. O Programa BIP/ZIP definiu em 2011, data da sua primeira edição, 67 zonas da cidade de Lisboa que a Câmara Municipal determinou como alvo de intervenção prioritária, nas quais considerava o Bairro PRODAC, discriminado na zona Norte e na zona Sul. O objetivo do BIP/ZIP é “fomentar a participação comunitária, a auto-organização e potenciar o empreendedorismo e a iniciativa local, através de pequenas intervenções propostas e executadas pelos candidatos”. O Programa defende e estimula a “formação de parcerias”, “mobilizando os moradores, promovendo reuniões e grupos de trabalho”, desafiando a participação de todos os intervenientes (Câmara Municipal de Lisboa, 2012). A candidatura foi aprovada, o financiamento solicitado no valor de 50.000 euros foi corroborado, estava-se mais perto de alcançar os objetivos apontados, consentindo uma abordagem e posicionamento disciplinar de intensa colaboração entre o conjunto de arquitetos e a comunidade.

Ateliermob: proatividade e crescimento

Constituído em 2005, o Ateliermob vem atuando em projetos de várias escalas e tipologias, desenvolvendo paralelamente trabalhos de investigação de suporte à prática projetual. Definem-se como “uma plataforma multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, investigação e projetos nas áreas da arquitetura, design e urbanismo” (Ateliermob, 2015b). Tiago Mota Saraiva e Andreia Salavessa são os sócios e coordenadores do coletivo de arquitetos lisboeta. O atelier, referenciado em múltiplas publicações nacionais e internacionais, assumiu desde cedo, um posicionamento disciplinar distinto perante a fragilizada situação política e económica de Portugal no início de século XXI. A crise económica acarretou um aumento evidente da austeridade, “mais impostos, menos oportunidades para as micros e pequenas empresas, menos obras e investimento, (...) uma situação social à beira da rutura” (Ateliermob *apud* Baptista e Melâneo, 2011c: 74). Influenciados pelo sucesso de “uma nova geração de arquitetos que está farta de esperar e que quer participar na resolução dos problemas que nos afetam”, o Ateliermob vem contratando pessoal e estimulando parcerias com quem partilham o mesmo posicionamento disciplinar, confessando que a “nossa crónica falta de recursos tem-nos impermeabilizado contra a crise” (*id.*: 73). Determinados a investir, a curto prazo, em trabalhos fora de Portugal, garantem que “no dia em que cair o último plano de austeridade e em que se voltar a pensar nas pessoas e reconstruir o país, cá estaremos” (*id.*: 74).

“Nós inscrevemo-nos nos que querem tomar uma parte ativa na transformação social. Ou seja, interessa-nos trabalhar para melhorar a vida das pessoas” (*id.*:73). Assim descrevem Tiago Mota Saraiva e Andreia Salavessa, o posicionamento e programa arquitetónico do atelier no atual panorama da arquitetura contemporânea. O desafio perante as dificuldades e desigualdades profissionais, apontam novas oportunidades no campo de trabalho do arquiteto. A crise e a falta de encomenda pública despertam a proatividade e a diversificação disciplinar da prática como partes fundamentais para a criação de condições que coloquem o arquiteto no centro da solução de problemas essenciais ao campo da arquitetura e da sociedade. A am-

bição de “transformação social” agregada à carência de meios, sugerem uma nova identidade na “arquitetura portuguesa”, fazendo “emergir uma série de novos ateliers e projetistas interessantíssimos, que estão muito mais relacionados com uma arquitetura de intervenção dos anos 60/70, do que com as arquiteturas de continuidade do final do séc. XX” (*id.*: *ibid*).

A intervenção do Ateliermob no Bairro PRODAC arrancou com os trabalhos no Bairro PRODAC Norte, promovidos pela respetiva Associação de Moradores, tendo como premissa a melhoria significativa da qualidade de vida da comunidade a partir da regularização das suas habitações e da atuação no espaço público.

Regularização da estrutura de propriedade do Bairro PRODAC Norte

O processo de loteamento aprovado que considerou 88 lotes no Bairro PRODAC Norte, foi apreciado com base nas 85 habitações previstas na 1ª fase do projeto de realojamento do Bairro Chinês, implantadas na zona mais a norte do Plano de realojamento, próxima ao bairro de Chelas. O terreno onde se estabeleceram as habitações, praticamente plano, é caracterizado pela densidade urbana e proximidade do conjunto de edifícios altos que constitui a Zona J de Chelas. Considerando a morfologia urbana do lugar, as opções de desenho urbano e desenho das habitações dos arquitetos responsáveis pelo projeto, decidem contrastar com a envolvente existente, assumindo uma intervenção definida por habitações de um único piso, estabelecidas em bandas paralelas ou ortogonais. Orientadas maioritariamente no sentido norte/sul, as moradias projetavam sobre si uma realidade rural, próxima da tipologia a que os moradores estavam habituados, prevendo hortas ou quintais junto às casas, promovendo um espírito de vizinhança, entreaajuda e amizade no bairro (Rebolo, 2017: 226) (figura 18).

Posteriormente à aprovação da candidatura ao Programa BIP/ZIP de 2012, o trabalho do Ateliermob desencadeou-se celeremente. Com os objetivos da intervenção devidamente clarificados, o grupo de arquitetos estava preparado para avançar com a primeira atividade descrita na calendarização do projeto,



Figura 18 -
Enfiamento visual
entre casas no
Bairro PRODAC
Norte, 2017

que dependia da “realização de uma reunião geral promovida pela Associação de Moradores (**figura 19**) para informação e apresentação do processo e técnicos” (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2012: 5). Neste exercício, todas as entidades parceiras (arquitetos, direção da Associação de Moradores e autarcas da Junta de Freguesia), ambicionavam incentivar efetivamente a participação e “envolvimento da totalidade da população no processo” (*id.: ibid*). Os objetivos do projeto decompunham-se em três objetivos específicos. O primeiro estipulava a “obtenção da licença de utilização e título de propriedade para a totalidade dos moradores que manifestarem interesse em participar neste processo” (*id.: 4*). A participação dos moradores era fundamental, sendo necessário incrementar no seio da população a inevitabilidade de procurarem coletivamente soluções aos problemas anunciados, prevalecendo o sentimento de compromisso para com a comunidade e para com o propósito traçado de adquirirem as licenças de utilização das suas habitações, que perdurarão ao longo do tempo. O segundo objetivo deliberava sobre a resolução de problemas que se têm perpetuado nos últimos 40 anos, impedindo os moradores de testemunhar o acesso aos “bens e serviços que a todos são devidos”, a partir do “trabalho de campo da equipa de técnicos qualificados que ajudará a identificar e resolver, caso existam, riscos à segurança dos cidadãos e/ou problemas de habitabilidade no interior das habitações” (*id.: ibid*). O terceiro e último objetivo acordava combater um dos principais problemas identificados no *Relatório Final da Consulta Pública - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa no BIP/ZIP PRODAC*, que se fundamentava no elevado índice de casas vazias ou degradadas no bairro. A preponderância deste assunto corresponde à averiguação precisa das razões que determinam o abandono dos moradores às suas casas, propiciando a “degradação do património edificado”. A intenção deste Programa relaciona-se inteiramente com a criação de oportunidades e condições favoráveis para fomentar o “empreendedorismo e a capacidade de iniciativa local”, efetuando “um processo que envolva toda a comunidade de moradores do Bairro PRODAC Norte, e que contrarie o sentimento de isolamento e desilusão”, identificando e legalizando “os fogos que estão desabitados e que poderão vir a ser reocupados por descendentes dos construtores do bairro” (*id.: 5*).

Depois de desferidos os primeiros contatos entre as entidades parceiras e a população, a segunda



Figura 19 - Imagem de uma assembleia de moradores do Bairro PRODAC Norte no salão de festas do Vale Fundão, 2015

atividade do processo inquiria sobre o início dos trabalhos que resultariam nos processos de licenciamento das habitações. À Associação de Moradores coube a organização dos lotes por grupos, definindo fracioná-los em grupos de 30 (30+30+28), para facilitar a gestão do tempo e de recursos.

“A Associação de Moradores organizará os lotes por grupos de 30 (30+30+28), juntado as cópias de documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação e certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, caso requerido”.

(*id.*: 6)

A partir desta conjuntura, o avançar do processo durante os meses em que se desenrolou, decorreu serenamente e foi acontecendo conforme os grupos de lotes definidos. Depois de elaborada a lista com os primeiros trinta lotes, os arquitetos preparavam-se para iniciar o trabalho de campo. Eram realizados “os levantamentos e identificação das situações de risco” e, seguidamente, elaboravam-se os “processos de licenciamento em conformidade com a Portaria 232/08 de 11 de Março”. O Ateliernob responsabilizava-se pela entrega de “todas as cópias necessárias para licenciamento, mais uma a ser fornecida a cada um dos proprietários por intermédio da Associação de Moradores” (*id.*: 7). Este procedimento repetiu-se até à conclusão da produção dos processos de licenciamento de todos os grupos de lotes.

No dia 30 de Abril de 2013, os processos de licenciamento dos fogos foram entregues no Edifício Central do Município da Câmara Municipal de Lisboa, no Campo Grande. As presenças da vereadora com o pelouro da Habitação, Helena Roseta, do vereador com o pelouro do Urbanismo, Manuel Salgado, bem como do presidente da Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte, Miguel Ferreira, e do arquiteto Tiago Mota Saraiva, representante do gabinete de arquitetura Ateliernob, demonstravam a extrema importância e simbolismo da intervenção (figura 20). A legalização das casas e “transmissão da sua propriedade plena aos moradores”, viabilizava-se “a partir da documentação entregue, que a Câmara analisará para poder proceder



Figura 20 - Entrega dos processos de licenciamento dos fogos do Bairro PRODAC Norte na Câmara Municipal de Lisboa, 2013 (da esquerda para a direita: Tiago Mota Saraiva, Helena Roseta, Miguel Ferreira e Manuel Salgado)

à emissão das licenças de utilização” (Câmara Municipal de Lisboa, 2013a). Manuel Salgado reforça este exercício como o culminar de quarenta anos atribulados, relembrando que “esteve prevista a demolição total dos bairros PRODAC Norte e Sul, era isso que o anterior Plano Diretor Municipal previa”. Salienta o contentamento em ter-se “tomado a iniciativa de recuperar os bairros por ação do trabalho fundamental da Comissão de Moradores, que mobilizou a população, conseguindo-se transferir a propriedade dos terrenos para os moradores. Hoje, dá-se este passo necessário para o licenciamento das construções. Este bairro, que tanto penou, vai ter exatamente as mesmas condições de outros, pois as casas são das pessoas e serão licenciadas” (Câmara Municipal de Lisboa, 2013b). Tiago Mota Saraiva revelava entusiasmo sobre o decurso do processo que considerou “uma experiência muito gratificante” (*id.: ibid*). Durante nove meses, o grupo de arquitetos responsáveis pelos essenciais levantamentos e procedimentos legais que o processo compreendia, reuniram-se repetidamente com membros da Câmara Municipal de modo a descortinar a melhor método de dirigir o processo. Efetuaram as vistorias de eletricidade, água e gás necessárias, e participaram intimamente com os moradores, entrando nas suas casas e efetivando várias assembleias de moradores (Câmara Municipal de Lisboa, 2013a).

“O propósito do processo aponta no sentido de legalizar as casas que não estavam reconhecidas em lado nenhum, casas autoconstruídas na década de 1970 que estavam num limbo, num vazio legal, não existiam cadastros, não se conseguia fazer os registos nas finanças. A próxima etapa passa por requerer as licenças de utilização das casas que já habitam há mais de quarenta anos”.

(Câmara Municipal de Lisboa, 2013b)

A participação no processo era voluntária, assim sendo, inscreveram-se os moradores que o entenderam, concretamente 72 dos 88 fogos. Entregaram-se precisamente, os processos de licenciamento de 72 fogos do bairro. Depois de decorridos os trabalhos propostos na candidatura ao BIP/ZIP, “outras duas famílias solicitaram o apoio ao atelier de arquitetos para a conceção do projeto indispensável à legalização das suas

casas". Para Tiago Mota Saraiva, as restantes famílias "poderão ter recorrido a outras entidades para levar a cabo a legalização das suas habitações" (Gomes, 2015b: 155). É importante mencionar que na ficha de candidatura ao BIP/ZIP, estipulou-se o custo total do processo para os 88 lotes em 54.120.00 euros (incluindo IVA à taxa legal em vigor), considerando-se "a possibilidade de estabelecer um valor de inscrição por cada morador interessado em participar neste processo, de modo a comportar o valor em falta" (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2012: 12). Parte considerável do financiamento outorgado ao projeto encaminhou-se para os procedimentos de levantamento das habitações em concordância com os registos camarários, ficando clarificado em assembleia de moradores, o pagamento de uma taxa de 50 euros por morador, de modo a viabilizar os trabalhos de licenciamento da totalidade das habitações.

Requalificação do espaço público do Bairro PRODAC Norte

Na assembleia de moradores de 3 de Março de 2013, anterior à conclusão dos levantamentos e do processo burocrático que desencadeou a entrega dos processos de licenciamento dos fogos e que serviu para "esclarecimento de dúvidas relativas ao andamento do programa", outro dos assuntos mencionados fundava-se na oportunidade de se recorrer novamente ao Programa BIP/ZIP "com o intuito de promoção e continuação do processo" (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2013: 1).

"Na segunda parte da reunião, as cerca de seis dezenas de moradores presentes, discutiram de forma bastante participada, o interesse em concorrer a novo projeto no quadro do Programa BIP/ZIP, desta feita para se obter financiamento para melhoramentos diversos no espaço público do bairro".

(Câmara Municipal de Lisboa, 2013c)

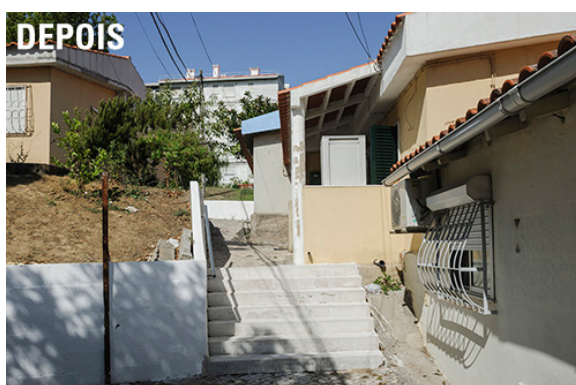
A decisão de formular uma candidatura ao BIP/ZIP 2013 foi unânime entre os moradores presentes na reunião, manifestando a urgência de "trabalhos de requalificação do espaço público do bairro", persistindo

no seguimento de intervenções para qualificação do bairro, pois “tal como acontece com o edificado, a manutenção do espaço público tem sido inteiramente delegada nos moradores”, organizando-se entre eles para que “o bairro não seja tomado pelo descuido e abandono” (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2013: 1). A candidatura sob a designação *PRODAC Norte - Fora de Portas* obteve aprovação, alcançando o primeiro lugar na lista de classificação final do Programa, impulsionando a continuidade do processo, agora apoiado na reabilitação e requalificação de espaços públicos. Estipularam-se nove pontos a requerem conveniência de renovação e reparação, correspondendo sobretudo a carências na acessibilidade, estacionamento, espaços verdes, limpeza, mobiliário urbano, muros e pavimentos. Convencionou-se aprazar uma nova assembleia de moradores após a aprovação da candidatura para, “face à verba disponibilizada pelo BIP/ZIP e aos valores orçamentados, os moradores decidirem quais e quantos dos trabalhos se deverão realizar” (*id.*: 4), votando em virtude da sua urgência de efetivação. O processo, que decorreu mais uma vez em colaboração da Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte com o gabinete de arquitetura Ateliernob, previa também o fracionamento do exercício em três objetivos específicos. O primeiro correspondia à previsão de intervenções e ajustes sobre impasses nas acessibilidade do bairro, conjecturados desde o projeto de loteamento do Bairro PRODAC Norte com alvará emitido em 2008 e que nunca foram atendidos. A insuficiência das condições de acessibilidade, num contexto agravado em razão de uma população envelhecida, tem provocado “consecutivos acidentes que se prendem, na sua maioria, com a condição em que se encontram as escadas, a ausência de corrimão e o estado do pavimento” (*id.*: 5), pretendendo-se atuar sobre os cenários mais imperativos de reabilitar (figura 21). O segundo objetivo visa a consolidação da dinâmica participativa estabelecida desde a iniciação dos trabalhos de licenciamento das habitações, agora evocando ao determinante compromisso de “participação dos moradores nas decisões e desígnios do bairro”, pois só estabilizando “dinâmicas democráticas e integradoras se terá consequências permanentes na estrutura social do bairro”. O entendimento da prosperidade do sentido comunitário dos moradores, fortalecerá a valorização da inclusão social e “aprofundamento das relações de vizinhança de uma população eminentemente envelhecida e desocupada” (*id.*: 6).



Figura 21- Conjunto de imagens que demonstram o resultado das intervenções de requalificação do espaço público no Bairro PRODAC Norte (Antes e Depois), 2014





Em concordância com estas premissas, o terceiro objetivo específico do plano inova pela intenção de se criarem bolsas de trabalho para os moradores do bairro, possibilitando-lhes a participação factual na execução das obras de requalificação do espaço público. Esta ambição, desconcordante ao aumento do desemprego e às complexas circunstâncias económicas e sociais, atribui aos moradores a oportunidade de serem renumerados pelos trabalhos de requalificação, contribuindo verdadeiramente para a melhoria da situação financeira das famílias. Um grande número de moradores possui “experiência profissional na área da construção civil”, devendo os interessados proceder à “inscrição junto da Associação de Moradores que irá, posteriormente, fazer a seleção” (*id.: ibid*).

O projeto iniciou-se com a elaboração de um relatório de diagnóstico geral do espaço público no bairro por parte do gabinete de arquitetura Ateliermob, apoiando-se na observação e levantamento das situações específicas enunciadas pelos moradores. Através desse relatório, os arquitetos puderam conceber os devidos projetos de requalificação em conformidade com as maiores insuficiências no bairro e, subsequentemente, a respetiva estimativa de custo dos diferentes trabalhos. A apresentação pública dos projetos fez-se, mais uma vez, em assembleia de moradores, no dia 15 de Setembro de 2013, para discussão e votação dos trabalhos a avançar para obra. A prioridade dos moradores pendeu sobre intervenções em muros, escadas, guardas e na conceção de um espaço público exterior de encontro e reunião. Simultaneamente, encetava-se a “gestão do processo de inscrição para atribuição das bolsas de trabalho”, sendo determinado o “número de inscrições selecionadas, face ao número e complexidade dos trabalhos a realizar” (*id.:* 8). Após o apuramento das intervenções a cumprir e da seleção dos moradores a participar nos trabalhos, o início da fase de execução dependia unicamente da compra e do transporte dos materiais necessários. Em virtude do financiamento limitado (50.000 euros), destinado maioritariamente para a bolsa de trabalhadores, tornou-se imprescindível instituir parcerias e angariar patrocínios. A *SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.* a *CIN - Corporação Industrial do Norte S.A.*, e a *Antikeda - Redes Salva Vidas*, foram fundamentais à exequibilidade do processo, comprometendo-se em “garantir formação, apoio técnico necessário à aplicação dos materiais

fornecidos e condições especiais na aquisição de produtos da sua marca que possam ajudar no processo de requalificação do bairro” (Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP, 2015: 13). As equipas de trabalho constituídas pelos moradores consumaram com sucesso quase todas as intervenções anteriormente definidas, salientando-se o acompanhamento assíduo dos trabalhos por parte do grupo de arquitetos responsável pelo projeto, durante os nove meses em que este decorreu (figura 22).

Figura 22 -
Conjunto de
imagens sobre
o processo de
reabilitação dos
espaços públicos
do bairro, após
atribuição das
bolsas de trabalho
aos moradores

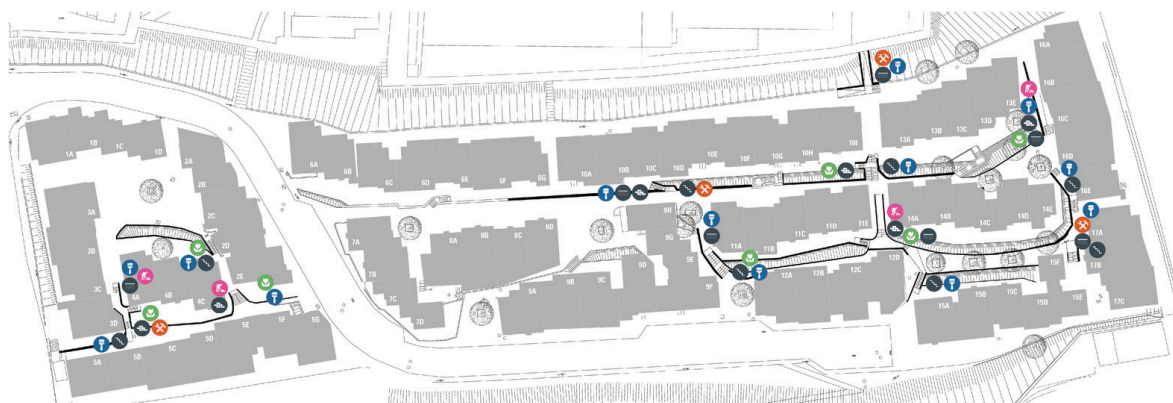






Efetivamente, o orçamento limitado impossibilitou a conclusão integral da ordem de trabalhos pré-definida. As intervenções realizadas convergiram nos espaços entre as habitações, especificamente repararam-se e pintaram-se muros, redesenharam-se escadas e rampas e reabilitaram-se guardas e corrimãos de proteção, subsistindo alguns trabalhos por executar. Assim, a Associação de Moradores e o Ateliermob candidataram-se, novamente, ao Programa BIP/ZIP de 2014. A candidatura *PRODAC Norte - Construir Participação*, desta vez, não alcançou aprovação, pelo que a continuidade das ações no espaço público permaneceu suspensa, aguardando-se a obtenção do financiamento imprescindível à conclusão dos trabalhos. Em 2015, voltou-se a formular uma candidatura ao Programa BIP/ZIP, reiterando-se os propósitos e objetivos da candidatura de 2014. Desta feita, a solicitação designada *O lugar para a participação* recebeu consentimento, permitindo adquirir o financiamento desejado (50.000 euros) e consequentemente, o retomar e conclusão dos trabalhos de requalificação do bairro. Depois de efetuados os arranjos necessários à melhoria de condições de segurança, limpeza e manutenção dos espaços interiores do bairro (figura 23), a primazia do processo dirigia-se à “requalificação dos muros exteriores do bairro”. O Bairro PRODAC Norte é, “em quase toda a sua área, rodeado por muros que definem a sua primeira imagem pública”, por conseguinte a “sua reparação e pintura alterará o aspeto do bairro, projetando para o exterior o que hoje é a realidade do interior do bairro (*id.*: 4). A segunda grande prioridade do processo tinha a ver com a construção de um espaço público singular no bairro. O nome da candidatura *O lugar para a participação* parece dar o mote a esta vontade, pois na sustentação desta proposta está a preocupação em conceber um lugar de encontro e reunião dos moradores. As assembleias de moradores eram “realizadas num equipamento da Junta de Freguesia, fora do bairro e de difícil acesso para os cidadãos com dificuldade de mobilidade”, sendo “o espaço privilegiado de encontro dos moradores a sede/café da Associação de Moradores, com dimensões exíguas e um espaço exterior muitíssimo condicionado” (*id.*: *ibid*). O gabinete de arquitetos decidiu, em consonância com as aspirações da população, projetar um anfiteatro ao ar livre (figuras 24 e 25) no limite norte do bairro, junto ao café da Associação de Moradores. Desenhado de modo a entender-se como um prolongamento do bairro que liga duas cotas

Figura 23 -
Planta de
localização dos
muros no Bairro
PRODAC Norte



diferentes, este espaço apresenta simultaneamente as condições ideais para o convívio diário entre moradores e para a realização das assembleias de moradores ou outros eventos culturais. O início da construção do anfiteatro aconteceu já em 2016, depois de realizadas todas as etapas referentes ao levantamento, projeto e estimativa de custos indispensáveis ao conveniente planeamento e respetiva execução do projeto. A experiência dos trabalhos alusivos ao BIP/ZIP 2013 permitiu dar continuidade aos mecanismos desenvolvidos. Otimizaram-se as parcerias com os fornecedores de materiais de construção incrementadas anteriormente, e prosseguiu-se com a criação de bolsas de trabalhadores, assegurando a participação dos moradores nos trabalhos de construção. O comprometimento, envolvimento e trabalho dos moradores do Bairro PRODAC Norte perdurará ao longo dos anos, e “a construção do anfiteatro - equipamento ícone das práticas participativas do bairro - foi o complemento e remate ideal da requalificação dos espaços públicos” (*id.*: 5).

Figura 24 -
Alçado Nascente
do Anfiteatro
ao ar livre, Ate-
liermob

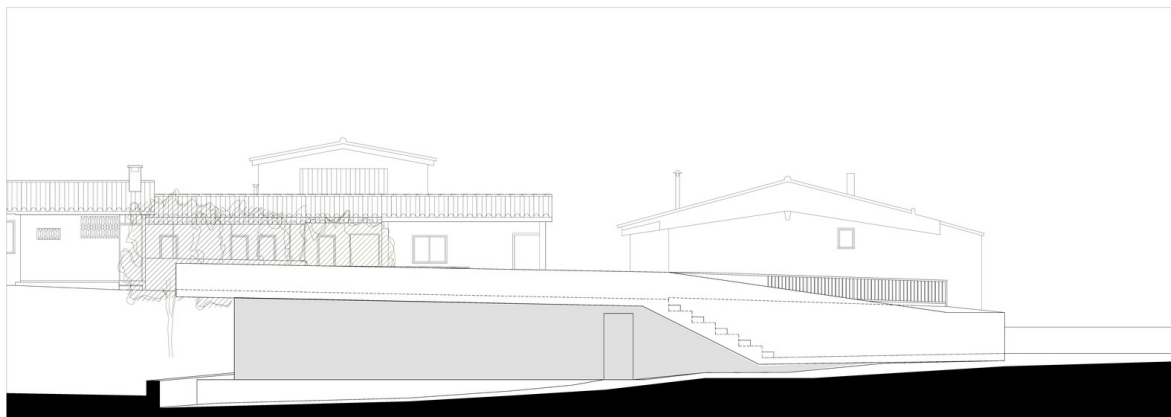




Figura 25 - Anfiteatro ao ar livre do Bairro PRODAC Norte, 2017

“O Bairro Chinês morreu
Outro bairro nasceu
Bonito e com qualidade
«PRODAC» assim se chama
E até já ganhou fama
De tanta rivalidade.

Temos gosto de aqui morar
E para o poder provar+
A todos os que possam vir
Juramos com sinceridade
Que só falamos verdade
Pois não estamos a mentir.

É uma «aldeia» na cidade
Que nos dá muita vaidade
De a trazer limpa e tão boa
Toda a gente a conhece
Nada aqui nos acontece
Até pertence a Lisboa.

Se houver pr’aí outra igual
E que seja em Portugal
Para nós será um dom
Que de nós não se destaque
Mas que se chame «PRODAC»
Um grande abraço lhe dou.”

Abel Rodrigues, 2013 em *PRODAC - Comunidade em construção*, 2005

CONCLUSÃO

O contexto de rebulição político e cultural transporta consigo uma série de novas abordagens e modelos de intervenção social. Particularmente na década de 1960 emergem trabalhos de pesquisa de arquitetos e não só, que procuram aproximar a disciplina e a prática arquitetónica com as ciências sociais. As escolas inclusive, possibilitaram a introdução de vertentes ligadas à sociologia nos seus programas. Movimentos de vanguarda visam a questão social opondo-se à tendência dominante dos movimentos de arquitetura, num período adjetivado pela criatividade e contestação como foram os anos sessenta e setenta. Novos conceitos que se atestam como contraditórios à prática tradicional da arquitetura, constituem novas questões ligadas ao papel do arquiteto. As propostas gerais que o Movimento Moderno apregoa, a metodologia consagrada da Carta de Atenas procurando sintetizar um utente tipo, bem como as pesquisas alusivas à habitação mínima, conduziram a arquitetura para um sistema assente na standardização, independente do “contexto real e das especificidades físicas e culturais” (Rebolo, 2017: 64) de cada lugar. As novas ideias que aparecem num sentido inverso a estas abordagens, comportam-se como experimentações que exploram a participação das populações como modelo alternativo de prática. Assim, o arquiteto deverá compreender que o seu papel se define como parte integrante de um processo que pressupõe uma abertura de diálogo até à fase de tomada de decisões, considerando a realidade social, cultural, política e económica do lugar e do contexto em que apresenta as suas ideias, ponderando também sobre as pessoas e os padrões sociais onde habitam, sobrelevando o fundamental papel social do arquiteto.

O Ateliermob é, factualmente, um gabinete de arquitetura que entendeu distintamente o contexto em que atua, reposicionando a prática no campo da arquitetura e urbanismo ao serviço de diferentes comunidades que não possuem as condições elementares para contratar arquitetos. Assumindo o agravamento da crise financeira, desde 2010 o Ateliermob vem desenvolvendo o conceito *Working with the 99% (Trabalhar com os 99%)*.

“O Trabalhar com os 99% é considerar que o problema central não é não haver trabalho de arquitetura para fazer, é não haver dinheiro para o pagar. Então, vamos construir processos que nos permitam trabalhar. Transformá-mos o atelier em função disso, considerando uma capacidade grande de candidatura a financiamentos, sejam eles europeus, privados, públicos, municipais, mas sobretudo trabalhando com as comunidades”.

(Ateliernob, 2015a)

No âmbito da XIII Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza em 2012, o atelier foi um dos três premiados do Prémio Future Cities, Planning for the 90 per cent, expondo este conceito que “defende um reposicionamento da prática de arquitetura como resposta urgente ao discurso que transmite a ideia de um país adiado e sem futuro” (Ateliernob apud Gomes, 2015b: 155). A apresentação desta ideia incluía o projeto então em curso no Bairro PRODAC Norte desenvolvido em conjunto com a Associação de Moradores e a comunidade local, apoiado no financiamento do Programa BIP/ZIP. O Bairro PRODAC enquanto modelo significativo desta renovada perspetiva de intervenção, retrata os benefícios da vontade em trabalhar com as associações de moradores ou outras instituições sem fins lucrativos.

O projeto para regularização da estrutura de propriedade no Bairro PRODAC Norte, em colaboração com a Associação de Moradores e com o município, efetivou o pleno direito dos moradores às habitações, ao fim de quatro décadas de luta das famílias pelo direito à propriedade das casas autoconstruídas. Depois de efetuados os processos de licenciamento da totalidade dos lotes, a 10 de Julho de 2015, a vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local Paula Marques entregou as primeiras 24 licenças de utilização às famílias residentes no bairro. O prosseguimento da consumação do processo de regularização das habitações, deu-se a 5 de Junho de 2017, com a entrega de 23 novas licenças de utilização por parte dos vereadores Paula Marques e Manuel Salgado, numa cerimónia que se realizou no anfiteatro ao ar livre do Bairro PRODAC Norte. O empenho dos moradores e compromisso das entidades parceiras no processo têm vindo a resolver um conjunto de situações, desde a legalização das casas, à deteção de situações de risco no bairro e requalificação dos espaços públicos através de uma bolsa de trabalhadores, colocando fim a um estado de indefinição

instalado na comunidade. Esta intervenção tem vindo a sensibilizar as famílias no sentido de intensificar os cuidados sobre a manutenção das suas casas e do espaço público, intensificando o sentimento de orgulho e pertença no bairro.

Na sequência do trabalho desenvolvido no Bairro PRODAC Norte, o Ateliermob encetou em 2013 uma colaboração com a Associação de Moradores do Vale Fundão. O Bairro PRODAC Sul, correspondente à segunda fase de construção do bairro, revelava problemas idênticos ao Bairro PRODAC Norte, pelo que o gabinete de arquitetura, a associação de moradores e a população local iniciaram uma intervenção de regularização similar. Estas intervenções suportaram-se mais uma vez por candidaturas a financiamentos municipais. Destaca-se a construção de um anfiteatro ao ar livre (figura 26), em 2015, servindo como lugar de encontro e eventos entre moradores, resolvendo igualmente um problema de ligação de cotas no bairro.

“Há mais de meio século, a comunidade do bairro PRODAC desistiu de habitar num mero cenário de uma vaga esperança de um futuro. Escolheu ser um coletivo reunido num território de construção do futuro”.

(Gomes, 2015b: 155)



Figura 26 -
Anfiteatro ao ar
livre do Bairro
PRODAC Sul

Figura 27 -
Bairro PRODAC,
comunidade em
construção



Bibliografia

Alves, João Carlos Teixeira (2014), *Arquitectura de intervenção - Repensando o papel social do arquitecto através de modelos alternativos de prática*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Ateliernob (2015a), *Espaços & Casas nº 343, SIC Notícias, Bairros da PRODAC*. [vídeo]
Disponível em: <https://vimeo.com/148073113> (acesso: 15 de Junho de 2017)

Ateliernob (2015b), "Ateliernob - Legalização e requalificação do Bairro da PRODAC Norte, Lisboa, Portugal", *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 117

Bandeirinha, José António. (2014), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Baptista, Luís Santiago (2011a), "Experiências Participativas - Práticas arquitectónicas interventivas perante a uniformização profissional", *Revista arqa - Arquitectura e Arte*, 90/91.

Baptista, Luís Santiago; Melâneo, Paula (2011b), "Experiências Participativas – Perspectivas Críticas", *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 90/91.

Baptista, Luís Santiago; Melâneo, Paula (2011c), "Entrevista - Ateliernob - «O grande desafio pelo qual todos passamos é o crescimento»", *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 90/91.

Baptista, Luís Santiago (2012a), "Guimarães 2012: Arte e Arquitetura. Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação", *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 104.

Baptista, Luís Santiago; Melâneo, Paula (2012b), "Inês Moreira - Devir Menor: Arquitetura e Práticas Espaciais Críticas na Ibero-América", *Revista arqa – Arquitetura e Arte*, 104.

Baptista, Luís Santiago (2014a), "«Arquitectura ou Revolução»: Um Atlas da Arquitectura Social", em Luía Santiago Baptista, Joaquim Moreno e Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa, CCB.

Baptista, Luís Santiago (2014b), “práticas-emergentes.pt, Jovens arquitetos portugueses em tempos de crise”, *Revista arqa - Arquitetura e Arte*, 114.

Barone, Ana Cláudia; Dobry, Sylvia Adriana (2004), “Arquitetura participativa” na visão de Giancarlo de Carlo, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, 15

Câmara Municipal de Lisboa (2011), *Dia feliz no Bairro PRODAC: moradores receberam certidões de propriedade*. [online]
Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=151000100613:092011> (acesso: 19 de Julho de 2017)

Câmara Municipal de Lisboa (2012), *Protocolos BIP-ZIP 2012 assinados hoje nos Paços do Concelho*. [online]
Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=151000100747:062012> (acesso: 5 de Agosto de 2017)

Câmara Municipal de Lisboa (2013a), *Legalização do Bairro PRODAC Norte atinge fase decisiva*. [online]
Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/legalizacao-do-bairro-prodac-norte-atinge-fase-decisiva> (acesso: 5 de Agosto de 2017)

Câmara Municipal de Lisboa (2013b), *Legalização do Bairro PRODAC Norte atinge fase decisiva*. [vídeo]
Disponível em: <https://vimeo.com/65374700> (acesso: 5 de Agosto de 2017)

Câmara Municipal de Lisboa (2013c), *Legalização das casas do Bairro PRODAC Norte na reta final*. [online]
Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/legalizacao-das-casas-do-bairro-prodac-norte-na-reta-final> (acesso: 6 de Agosto de 2017)

Carvalho, Ricardo (2016), *A Cidade Social - Impasse, Desenvolvimento, Fragmento*, Lisboa: Tinta-da-China.

CML Habitação/Direitos Sociais (2011), *Entrega de Escrituras no Bairro da PRODAC Norte (1ª fase)*. [vídeo]
Disponível em: <https://vimeo.com/29805308> (acesso: 19 de Julho de 2017)

Coelho, Mário Pinto (2015), “PRODAC - Uma história”, *PRODAC - Comunidade em construção*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Debord, Guy (1997), *A Sociedade do Espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.
de Carlo, Giancarlo (1970), “Architecture’s public” em Peter Blundell Jones, Doina Petrescu e Jeremy Till (2005), *Architecture and Participation*. Londres: Spon Press.

Expresso do Oriente (2011), *Do sonho à realidade*. [online]

Disponível em: <https://expressodoorient.com/do-sonho-a-realidade/> (acesso: 21 de Julho de 2017)

Ferreira, Ana Catarina (2014), *As iniciativas de intervenção local dos arquitetos: oportunidade de inovação sócio-territorial? - Estudo de caso na Cova do Vapor*, Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Gadanh, Pedro (2006), *Para que serve a Arquitectura?*, Porto: Dafne Editora. [online]

Disponível em: http://dafne.pt/conteudos/livros/para-que-serve-a-arquitectura/opusculo_2.pdf

Gomes, Ana (2015a), "Na génese do bairro: a participação - Primeiro estranha-se, depois entranha-se", *PRODAC - Comunidade em construção*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Gomes, Ana (2015b), "O futuro de um bairro esquecido - Ateliermob e Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte", *PRODAC - Comunidade em construção*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP (2012), Programa Parcerias Locais, BIP/ZIP Programa 2012, Ficha de candidatura, *Ref. 035 PRODAC Norte em movimento*. [online]

Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012> (acesso: 10 de Agosto de 2017)

Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP (2013), Programa Parcerias Locais, BIP/ZIP Programa 2012, Ficha de candidatura, *Ref. 004 PRODAC - Fora de Portas*. [online]

Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2013> (acesso: 10 de Agosto de 2017)

Grupo de Trabalho dos BIP/ZIP (2015), Programa Parcerias Locais, BIP/ZIP Programa 2012, Ficha de candidatura, *Ref. 009 O lugar para a participação*. [online]

Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015> (acesso: 10 de Agosto de 2017)

Montaner, Josep Maria (2016), *A condição contemporânea da arquitetura*, São Paulo: Editorial Gustavo Gil.

Montaner, Josep Maria; Muxí, Zaida (2011), *Arquitectura y Política*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Massad, Fredy; Yeste, Alicia Guerrero (2014), "A Arquitectura Social na Era do Espectáculo", em Luísa Santiago Baptista, Joaquim Moreno, Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Brochura da Exposição Tanto Mar, Lisboa: CCB.

Nogueira, Patrícia (2013), *Práticas Coletivas para uma Arquitetura Expansiva: Os novos compromissos da Arquitetura na Contemporaneidade*, Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitetónica, Guimarães, Escola de Arquitetura – Universidade do Minho.

Ramos, Joana Pereira (2013), *Experiência Participativas - O papel do arquitecto no desenho das ferramentas de interacção*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Rebolo, João Manuel Teles (2017), *O realojamento do Bairro Chinês em Marvila - Participação e autoconstrução como processo - o caso da PRODAC (1970-1974)*, Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Sanoff, Henry (2000), *Community participation methods in design and planning*, New York: John Wiley & Sons.

Silva, João Santana (2015), “«Agora plantam lá barracas» - Os problema de habitação em Lisboa e o nascimento do Bairro Chinês”, *PRODAC - Comunidade em construção*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

I. VERTENTE PRÁTICA

ADEQUAÇÃO DO INTERFACE RODOVIÁRIO DO CARREGADO AO NOVO MERCADO

ESTRATÉGIA EM GRUPO





O Carregado é uma zona limítrofe a Lisboa, pertencente ao concelho de Alenquer. Situa-se na zona aluvionar do Rio Tejo. Desenvolve-se sobre solos de lezíria que promovem uma matriz maioritariamente rural, caracterizada por uma estrutura que compreende grandes quintas, recintos murados, grandes planos de vegetação rasteira de propriedades agrícolas e longas estradas de acessos aos campos.

Pela sua localização, o Carregado sempre foi um ponto exponencial de centralidade na região, envolvendo importantes travessias que determinam o Carregado como um ponto notável de transporte de mercadorias, serviços e passageiros. Em conjunto com os eixos viários estruturantes das nacionais 1 e 3 (antigas estradas reais), estes itinerários faziam-se inicialmente a partir do rio e, posteriormente, utilizando o comboio a vapor. O grande crescimento infraestrutural que se inicia nos finais da década de 1980 até ao início do século XXI, introduz neste lugar uma nova escala e complexidade. A instalação dos grandes eixos infraestruturais (sistema rodoviário correspondente ao Plano Rodoviário Nacional) contende um crescimento urbano descontínuo que dificulta a legibilidade da estrutura antiga.

A proposta de grupo interpreta e identifica os problemas que advém destas transformações, dividindo-se essencialmente em dois pontos:

- a desadequação das redes de transporte público
- a condição fraturada e descontínua do sistema urbano e da estrutura antiga

As insuficiências na rede de transportes públicos no Carregado revelam-se não só nas questões de circulação interna no concelho, mas também na ausência de ligação entre os diferentes sistemas de mobilidade (rodovia e ferrovia).

A descontinuidade da estrutura urbana reflete-se em duas situações:

- A segregação entre três núcleos separados pelas Nacionais 1 e 3: a Urbanização da Barrada, o núcleo antigo e o conjunto urbano a poente da Nacional 1. A separação não corresponde apenas às relações de utilização do espaço público, mas também ao isolamento das diferentes comunidades.

- A ausência de contiguidade entre o núcleo urbano mais consolidado e a linha de costa. O percurso até ao rio foi interrompido em diversos pontos através da implantação dos objetos infraestruturais posteriores à década de 1980.

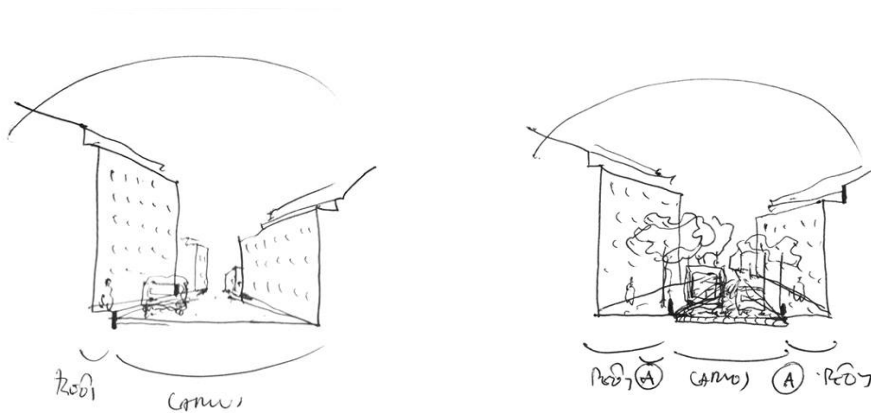
Neste sentido, a proposta desenvolve uma ação conjunta entre o trabalho na infraestrutura de transportes públicos, propondo um eixo de ligação intermodal entre autocarros e comboios, conciliando a operação infraestrutural com a reestruturação do espaço público do território do Carregado, tentando atribuir a esta zona uma estrutura urbana com desenho e coerência.

Propõe-se desviar a circulação de veículos pesados de mercadorias do centro do Carregado com um sistema semelhante ao de Vila Franca de Xira, utilizando o troço A1/IC2 como um bypass que liberta o troço da N1 (na zona onde cruza o Carregado) do atravessamento contínuo deste tipo de veículos. A decorência desta alternativa, possibilita a transformação da N1 e espaços contíguos em lugares mais eficientes do ponto de vista da circulação e permanência urbana: reperfilamento das ruas, redefinição das zonas de estacionamento, propondo sombras, zonas de paragem, atravessamentos.

O eixo infraestrutural de transporte proposto parte de um trajeto existente, alterando-o em função da sua relação com o sistema urbano. Este circuito atravessa as diferentes zonas segregadas do Carregado, percorrendo a Urbanização da Barrada e utilizando a Estrada da Meirinha até à estação ferroviária. Agregado a este eixo desenha-se um sistema de acessibilidade pedonal entre o núcleo urbano e a linha de costa,

sendo que a proximidade com o rio é um dos maiores valores do território. Quando atravessa o conjunto urbano do Carregado, este sistema aumenta de dimensão e propõe um parque urbano, consolidando as zonas residuais entre o edificado.

Identificaram-se três zonas fundamentais de intervenção aprofundando as questões apontadas na estratégia inicial: a adequação do interface rodoviário do Carregado ao novo mercado, a estruturação do edificado e espaços públicos da Barrada e a estação rodoferroviária da Vala do Carregado.



Planta de
proposta em
grupo (reduzida
da escala 1.5000)



PROPOSTA INDIVIDUAL







Memória descritiva

O trabalho individual da vertente prática desenvolve-se no sentido de procurar responder às questões identificadas no decorrer da investigação e análise em grupo, reconhecendo substancialmente insuficiências nos sistemas de acessibilidade pedonal e infraestruturas de transporte público. Propõe-se resolver impasses, repor continuidades, reabilitar pedaços da cidade, associando mobilidade a serviços.

O projeto fundamenta-se em três pressupostos claros. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Câmara Municipal de Alenquer previa a adequação do interface de transportes públicos do Carregado, possibilitando a apropriação de terrenos privados para o efeito. Após análise sobre os diferentes percursos de autocarros que cruzam o Carregado, o eixo infraestrutural de transportes proposto recorre-se dos trajetos atuais, redefinindo o principal lugar de paragem (lugar em que todas as carreiras atravessam no Carregado) para a bifurcação entre a EN1 e a Rua Castelo Melhor. A principal razão desta alteração prende-se no melhoramento de relações com o sistema urbano da ligação entre Alenquer/Carregado com a estação ferroviária da Vala do Carregado, propondo um circuito que inicia na Rua Castelo Melhor e termina na estação de comboios, atravessando a Urbanização da Barrada. Os autocarros de longo curso continuam a utilizar a EN1 como eixo matriz.

O trabalho na Estrada Nacional 1 revela-se fundamental para gerar novas autonomias que confrontem a utilização acentuada do automóvel. Devido à projeção da construção do Novo Aeroporto de Lisboa na Ota e a multiplicidade de infraestruturas impostas na região, o Carregado atingiu um crescimento urbano acelerado, contribuindo para a heterogeneidade de escalas e serviços na região. A segregação da estrutura urbana em três núcleos é também perceptível pela descontinuidade que a EN1 e a EN3 motivam, consequência de uma série de decisões no desenho dos espaços contíguos que perturbam a circulação no território. A partir da libertação dos transportes pesados de mercadores na EN1 no Carregado, o reperfilamento da rua

considera-se essencial para promover atravessamentos e espaços de permanência junto a este eixo estruturante.

A conceção do Parque Verde Urbano do Carregado (também previsto no PEDU) apropria-se do eixo infraestrutural de transportes públicos proposto. Pretende ser parte de um caminho ciclável que liga a vila alta de Alenquer até ao rio através da Rua Principal, via paralela à EN1. Quando abrange o conjunto urbano do Carregado, este caminho verde funciona como um sistema que visa consolidar zonas residuais do território, aumentando de dimensão e ocasionando o redesenho da paisagem.

O lugar de intervenção situa-se na zona poente à Estrada Nacional 1, na Urbanização Quinta Nova, junto à bifurcação entre a EN1 e a Rua Castelo Melhor. O programa arquitetónico do edifício é a relocação do Mercado Municipal do Carregado, servindo como estrutura para o interface rodoviário da localidade. A relocação do mercado foi um dos assuntos mencionados em abordagens com elementos do município em consequência da pouca aderência da comunidade ao mesmo, desejando-se reestabelecer o sucesso das práticas associadas ao mercado. O novo mercado localiza-se perto do mercado atual, porém o relacionamento urbano é plenamente distinto. O novo mercado situa-se em zona limítrofe à EN1, gerando uma nova centralidade em consonância com as relações de proximidade com o interface rodoviário. Dentro deste raciocínio, o mercado ergue-se num contexto de grande confluência de pessoas. Implantado praticamente perpendicular à EN1, o edifício propõe um novo atravessamento no território, relacionando-se com a densa massa arbórea que delimita o espaço confinante ao mercado. O passeio alarga, desenha-se um “lounge” exterior que partilha fluxos entre os circuitos pedonais, ciclistas e circuitos rodoviários. O edifício desenrola-se longitudinalmente, exibindo a espessura de duas coberturas. O pé direito da cobertura do mercado é menor em relação à cobertura do “lounge” onde se processa o interface e fluxos associados. A estratificação do plano vertical é feito a partir do plano do chão, dos planos das coberturas e do plano da copa das árvores.

A construção do edifício consiste num sistema de vigas em madeira laminada colada sobre pilares metálicos em caixa e blocos de betão. Os blocos de betão estão, quase sempre, associados a espaços de acesso condicionado (armazém, sala de pessoal, salas de apoio às práticas do mercado, arrumos), à exceção das instalações sanitárias, cafetaria e bilheteira, e servem como travamento da cobertura. O espaço interior do mercado é delimitado pelos blocos de betão e compridos panos de vidro, compreendendo dois espaços distintos: o mercado em si e um espaço polivalente que deseja ampliar o programa funcional do mercado, reunindo atividades complementares ao comércio retalhista, possibilitando a expansão do número de utilizadores. O espaço polivalente contempla também um sistema de construção leve que desenha as lojas/gabinetes. A tensão entre interior/exterior é determinante, propagando o ambiente do mercado para além dos limites físicos do edifício e abrindo a vivência interior para a massa arbórea.

Alteração do
trajeto do eixo
infraestrutural de
transporte públi-
co para a estação
ferroviária da Vala
do Carregado



Planta do
existente
(reduzida da
escala 1.400)



Planta da
proposta
(reduzida da
escala 1.400)

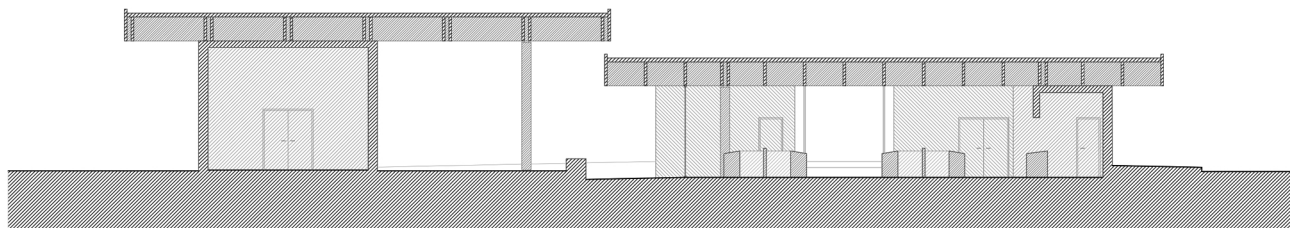
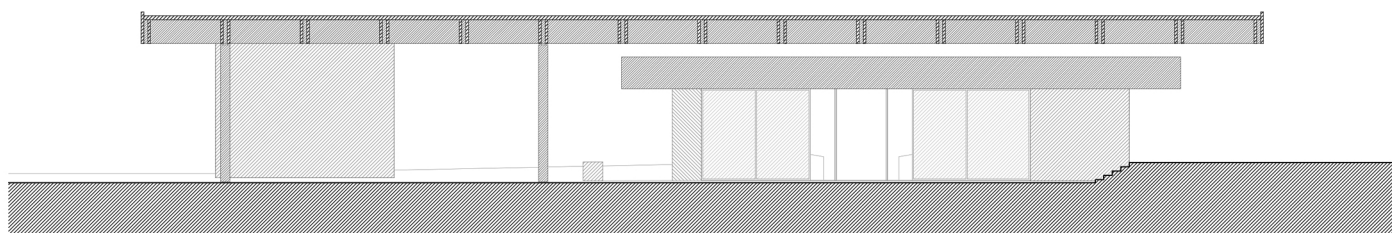


Planta da
proposta
(reduzida da
escala 1.200)



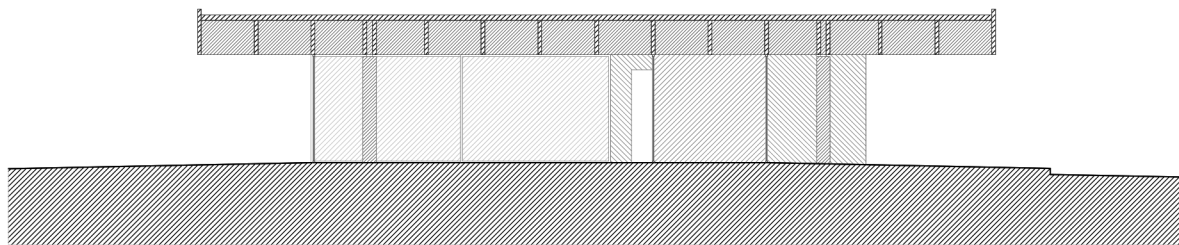
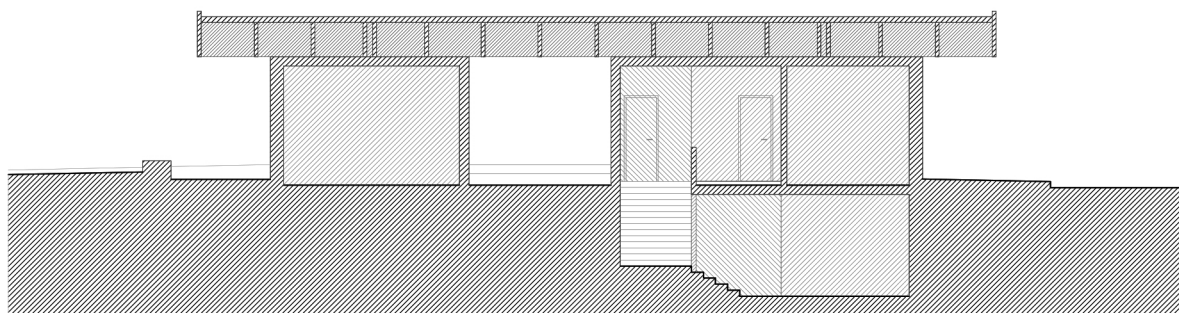
Corte AA'
(reduzido da
escala 1.200)

Corte BB'
(reduzido da
escala 1.200)



Corte CC'
(escala 1.200)

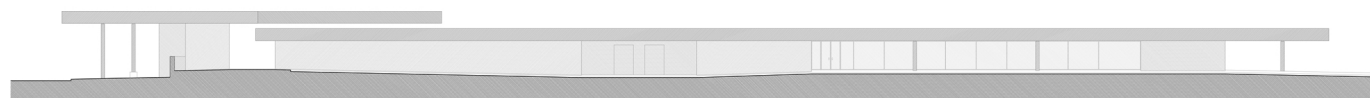
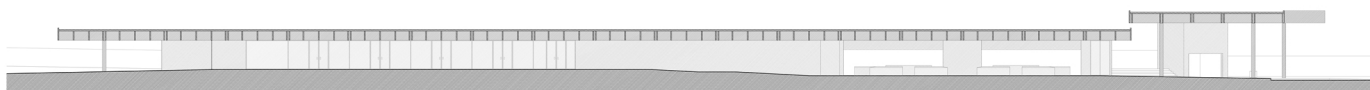
Corte DD'
(escala 1.200)



Corte EE'
(reduzido da
escala 1.200)

Corte FF'
(reduzido da
escala 1.200)

Corte GG'
(reduzido da
escala 1.200)



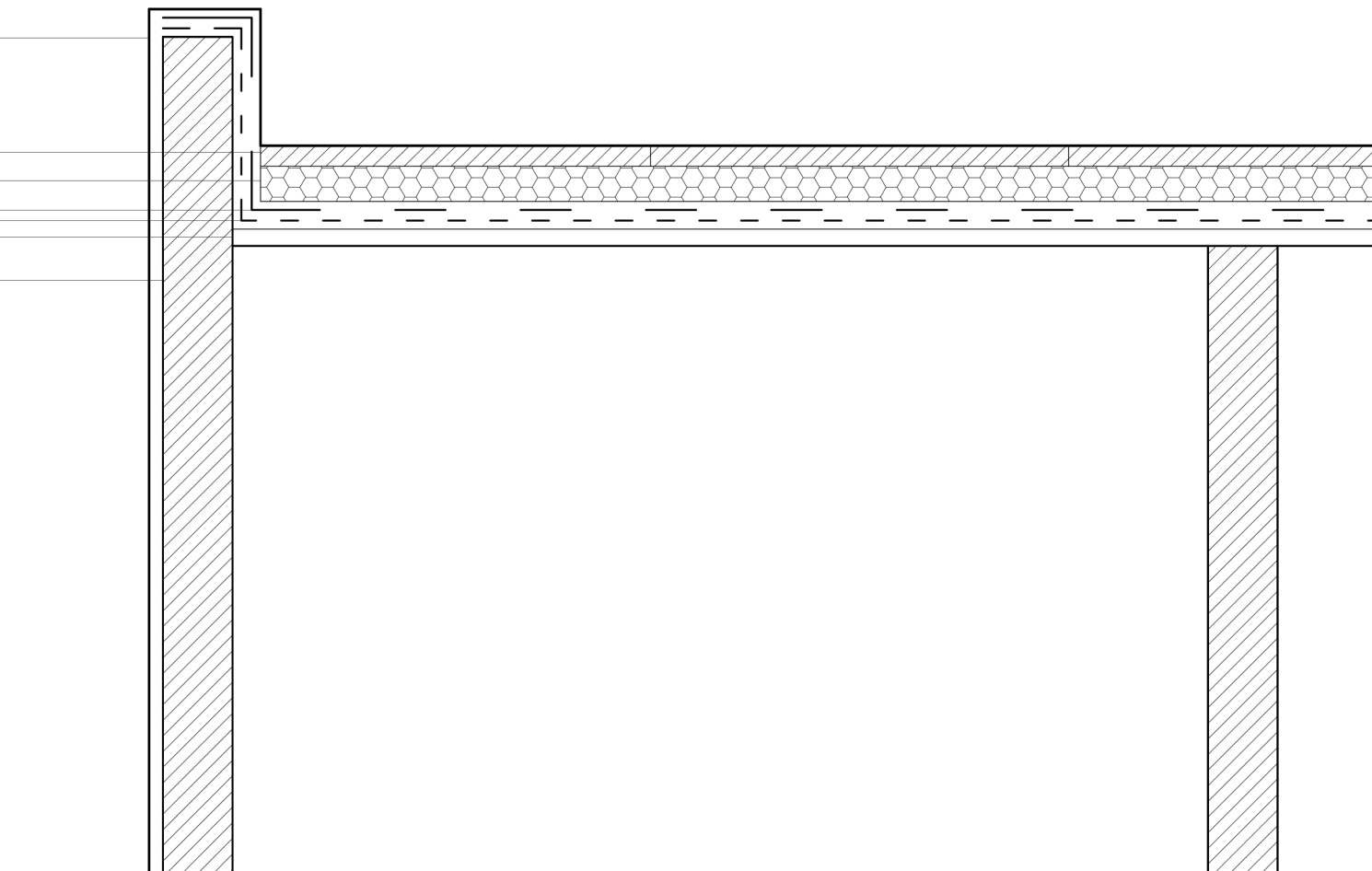
Chapa de zinco

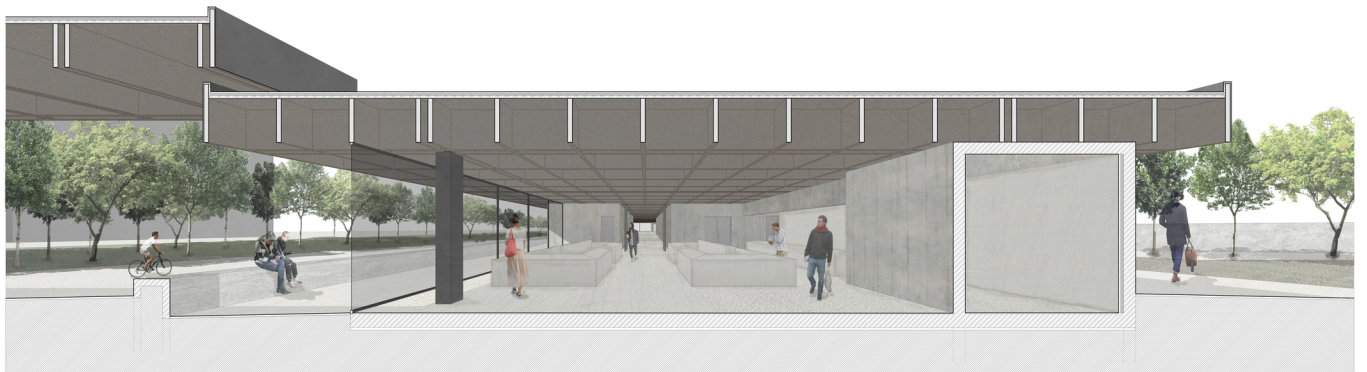
Lajetas de betão lexa

Roofmate

Tela de PVC resistente aos UV
Manta geotêxtil
OSB

Viga de madeira laminada colada





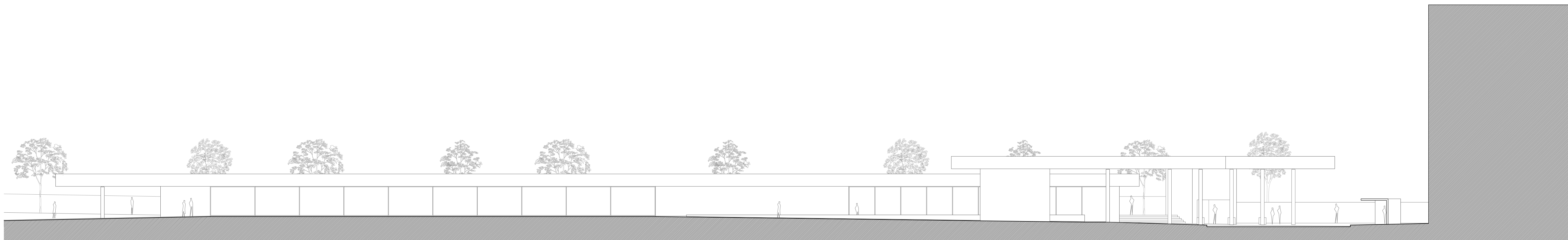




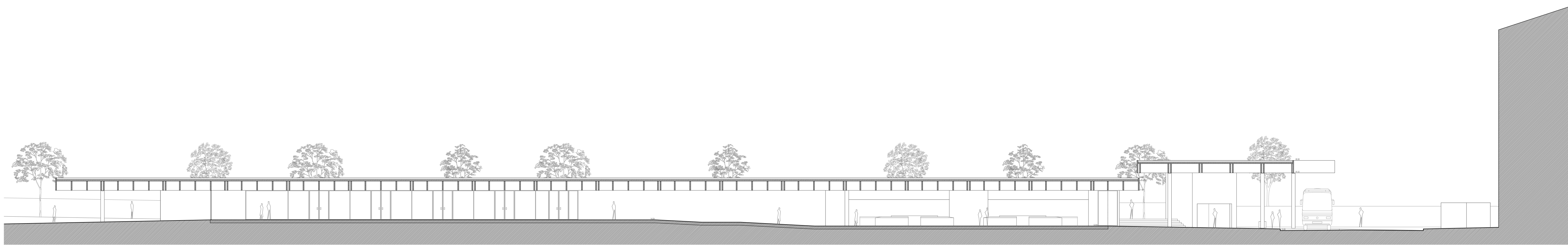


Projeto Final de Arquitetura
 Vertente Prática
 Adequação do interface rodoviário do Carregado ao novo mercado
 João Cláudio Rodrigues Machado
 Outubro 2017

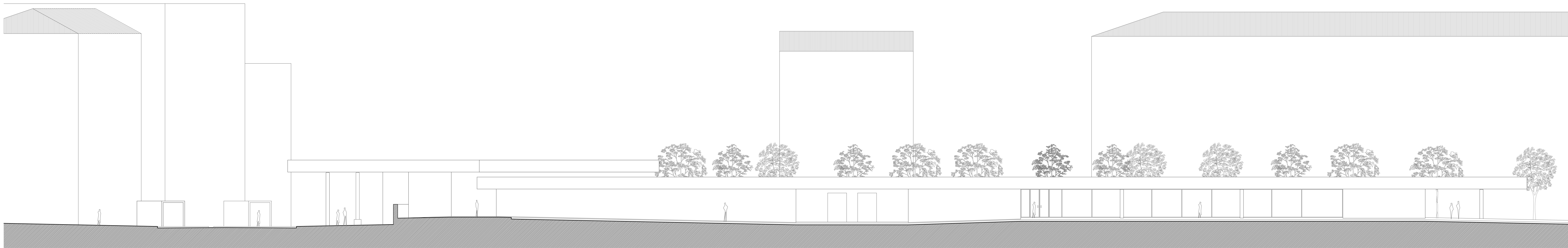
06 Corte perspectivado | Escala 1.50



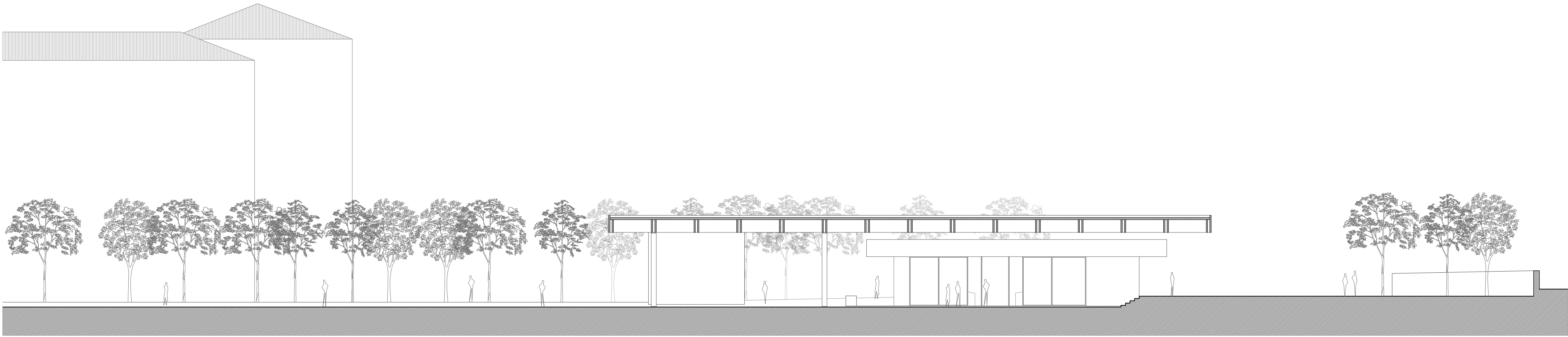
Corte EE'



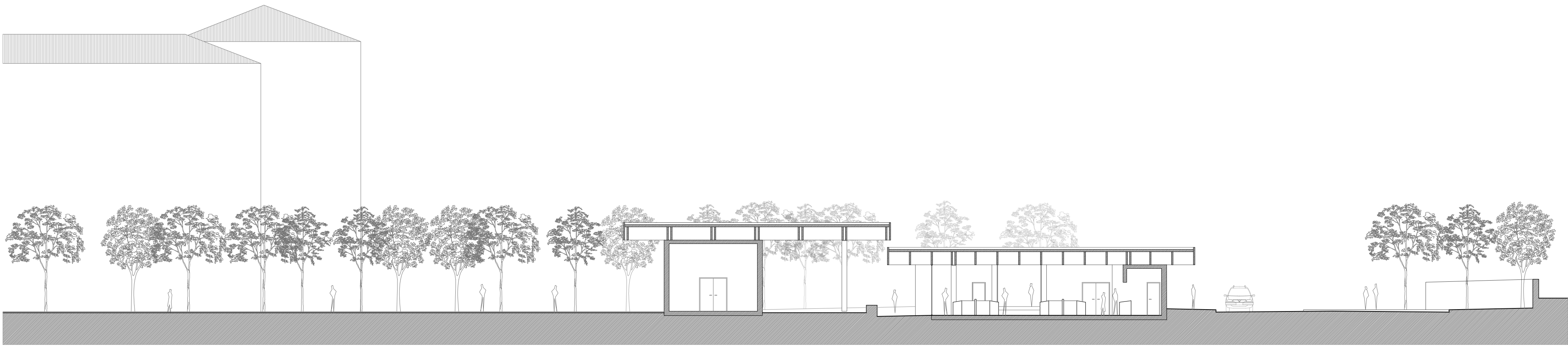
Corte FF'



Corte GG'



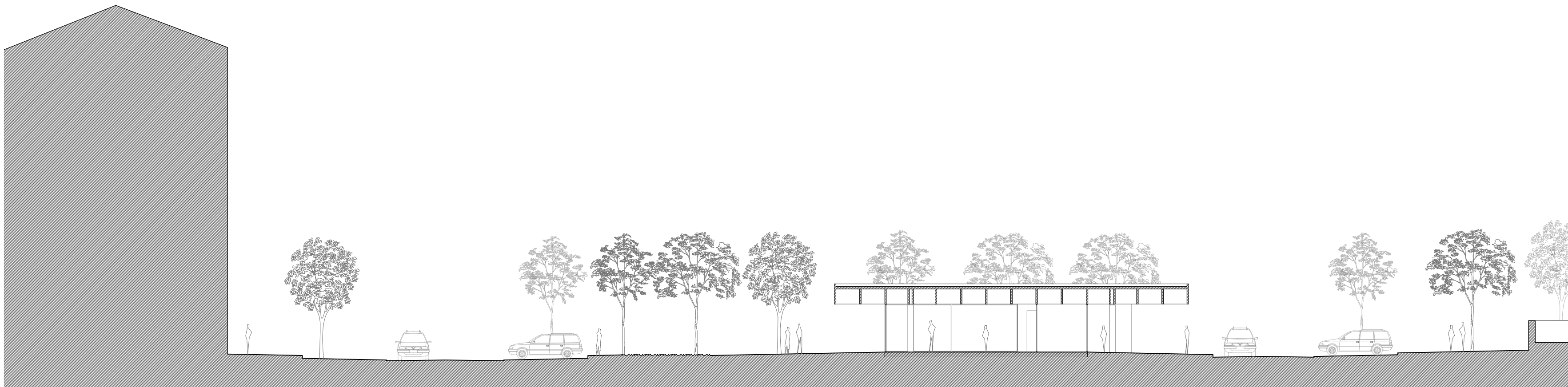
Corte AA'



Corte BB'



Corte CC'



Corte DD'



Projeto Final de Arquitetura
Vertente Prática
Adequação do interface rodoviário do Carregado ao novo mercado
João Cláudio Rodrigues Machado
Outubro 2017

08 Perspetiva



Projeto Final de Arquitetura
Vertente Prática
Adequação do interface rodoviário do Carregado ao novo mercado
João Cláudio Rodrigues Machado
Outubro 2017

